CENTRO UNIVERSITÁRIO DO CERRADO
PATROCÍNIO
Graduação em Psicologia

INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS AUTISTAS: o que diz a literatura

Aryane Carolina Reis Marcelino Silva

PATROCÍNIO
2017

ARYANE CAROLINA REIS MARCELINO SILVA

INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS AUTISTAS: o que diz a literatura

Trabalho de conclusão de curso apresentado como exigência parcial para obtenção do grau de Bacharelado em Psicologia, pelo Centro Universitário do Cerrado Patrocínio.

Orientadora: Prof. Ma. Neiva Nunes Brandão

PATROCÍNIO
2017

FICHA CATALOGRÁFICA

Silva, Aryane Carolina Reis Marcelino

Inclusão escolar de crianças autistas: o que diz a literatura/ Aryane Carolina Reis Marcelino Silva. – Patrocínio: Centro Universitário do Cerrado, 2017.

Trabalho de Conclusão de Curso - Centro Universitário do Cerrado Patrocínio. Curso de Psicologia.

Orientadora: Profa. Ma. Neiva Nunes Brandão

1. Inclusão Escolar. 2. Autismo. 3. Literatura.

Centro Universitário do Cerrado Patrocínio
Curso de Graduação em Psicologia

Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *"Inclusão Escolar de Crianças Autistas: o que diz a literatura"*, de autoria da graduanda Aryane Carolina Reis Marcelino Silva, aprovado pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profa. Ma. Neiva Nunes Brandão – Orientadora
Instituição: UNICERP

Profa. Dra. Vanessa Cristina Alvarenga
Instituição: UNICERP

Profa. Esp. Tatiana Ribeiro Mariano de Souza
Instituição: UNICERP

Data de Aprovação: 12/12/2017.

Patrocínio, 12 de dezembro de 2017.

DEDICO *este estudo à minha mãe e a todos os profissionais que se empregam com amor à inclusão escolar.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me concedeu forças quando busquei amparo e refúgio diante as dificuldades no percurso da graduação.

Aos meus pais, Rosivania e Messias, que me deram a vida e não mediram esforços para que o meu futuro profissional fosse garantido, esquecendo dos seus problemas para se envolverem nos meus, sendo a minha alegria, base e conforto. A eles devo tudo o que conquistei até aqui.

À minha avó Dailza que sempre se orgulhou de cada passo meu, me abençoando e me colocando em suas orações, a ela que me ensinou a enfrentar a vida e suas surpresas, muito obrigada.

À minha orientadora Prof. Ma. Neiva Nunes Brandão que sem medir esforços fez com que a realização deste trabalho fosse possível. Agradeço por toda compreensão, empenho, preocupação e atenção.

Ao meu namorado João Paulo que se fez presente durante todo o caminho da graduação e por vezes permaneceu ao meu lado em meio as minhas preocupações e realização deste estudo, sempre confiando em mim, agradeço pelo companheirismo, força e orações.

Aos meus amigos Alex, Dyego, Thainy e Vanderley, que sempre me apoiaram e me colocaram em suas orações ensinando-me o verdadeiro sentido de amizade durante estes anos de formação.

A cada professor com quem tive contato durante todos esses anos, que ensinando com amor e partilhando conhecimento, deixaram marcas importantes em minha formação profissional.

E aos meus colegas de curso Larissa e Josué com quem estive compartilhando ideias e saberes, trabalhando e buscando crescimento profissional. Apoiamo-nos e lutamos juntos durante o curso e chegamos juntos até aqui, tudo isso com o auxílio e a compreensão da nossa coordenadora Profa. Dra. Vanessa Cristina Alvarenga que confiou e apostou nas nossas ideias.

Por fim, agradeço a quem de alguma forma contribuiu para que este trabalho fosse concluído.

Nas escolas inclusivas, ninguém se conforma a padrões, que identificam os alunos como especiais e normais, comuns. Todos se igualam pelas suas diferenças (ROPOLI, MANTOAN E TEIXEIRA 2010, p. 5).

RESUMO

A inclusão escolar tem sido discutida como um meio de nivelar o direito das crianças com deficiência ao ensino na escola comum inclusiva. Acredita-se que por vezes a mesma, pode encontrar dificuldades de integrar a criança, assim como no caso da criança autista, que busca conhecer e experienciar na escola o que ainda não viveu. Estudos mostram que a valorização das diferenças, bem como uma adequação da escola à criança, suas necessidades, seus simbolismos e sua linguagem está integrado à subsistência do aluno na instituição. Neste trabalho, procurou-se responder ao seguinte problema de pesquisa: levando-se em consideração uma cultura socialmente difundida em que o sujeito autista é excluído, como a literatura aborda a inclusão de crianças autistas em instituições escolares? Acredita-se que a dificuldade permeia a inclusão de crianças autistas em instituições escolares. Este tema de pesquisa justifica-se pela sua relevância social e teve como objetivo geral compreender como a literatura aborda a inclusão escolar de crianças autistas. Os objetivos específicos foram: conhecer sobre a educação especial e a perspectiva da escola sobre a inclusão escolar, compreender o autismo e o que diz a literatura sobre o tema e discorrer sobre a criança no contexto escolar da exclusão à inclusão. Utilizou-se como método para a elaboração deste trabalho uma revisão sistemática de literatura, abrangendo preditores de inclusão escolar da criança autista. A revisão embasou-se em estudos encontrados no banco de dados online Scientific Eletronic Library Online (SCIELO), alusivo ao período de 2013 a 2017, buscando o que a literatura mais recente pontua sobre o tema e no campo periódicos descartou-se as revistas consideradas fora da temática e selecionando as que coincidiam com o tema proposto pelo trabalho. Os descritores utilizados foram: “inclusão escolar; autismo”. Participaram da revisão final um total de 28 artigos na busca da construção de caminhos para a inclusão escolar de crianças autistas. Dentre as dificuldades apontadas pelos professores, encontra-se o sentimento de medo, incompetência e frustração frente ao aluno com deficiência, uma vez que não se sentem capacitados para atuar junto a esse aluno. Compreende-se também a falta de apoio tanto da gestão, quanto da família na prática da inclusão do aluno autista e a escassez de profissionais especializados do AEE (Atendimento Educacional Especializado), bem como a falta de capacitação e conhecimento das normas que regem a inclusão escolar no Brasil e importância da reorganização do espaço escolar e a compreensão da subjetividade do aluno. Os resultados nos levam a entender que há muito a ser feito na área da educação inclusiva no Brasil, investindo em capacitações e aperfeiçoamento do professor, bem como a reorganização das práticas metodológicas. Observou-se urgência da presença da Psicologia em âmbito escolar, para que se possa auxiliar não só os alunos, mas os professores, a gestão e a família, quanto à inclusão dentre outros problemas que podem emergir no contexto escolar. Pondera-se que são necessários mais estudos no que tange a inclusão escolar de crianças autistas, tendo em vista contribuir para o aperfeiçoamento do método de escolarização da criança com deficiência, em especial a criança autista. Estes estudos podem contribuir para a significação da criança autista achando o seu lugar na ambiente escola e consequentemente no mundo.

Palavras-chave: Inclusão. Inclusão Escolar. Autismo.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –Áreas de conhecimento 35

Gráfico 2 – Revista de publicação 37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição da amostra por ano de publicação..... 36

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPSi	Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
GRAF	Gráfico
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério de Educação e Cultura
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PECS	Picture Exchange Communication System
PPGEES	Programa de Pós- Graduação em Educação Especial
SCIELO	Scientific Eletronic Library Online
TAB	Tabela
TEA	Transtorno Espectro Autista
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNICERP	Centro Universitário do Cerrado – Patrocínio

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11

2 REVISÃO DE LITERATURA 14

2.1 Inclusão escolar 14
2.2 Autismo 16
2.3 A relação escola e família no processo de inclusão escolar 17
2.4 Histórico dos direitos da pessoa com deficiência à educação especial 19

3 OBJETIVOS 23

3.1 Objetivo Geral 23
3.2 Objetivos Específicos 23

4 METODOLOGIA 24

4.1 Tipo de pesquisa 24
4.2 Estratégia de busca de referências 25
4.3 Procedimentos de seleção e avaliação das referências 25
4.4 Referencial teórico e resultados 26
4.4.1 Artigos repetidos 27
4.4.2 Artigos considerados fora da temática 28
4.4.3 Artigos repetidos e fora da temática 34

5 RESULTADOS 35

5.1 Áreas de conhecimento 35
5.2 Ano de publicação 36
5.3 Revistas de publicação 37
5.4 Inclusão escolar no Brasil 38
5.4.1 A família no processo inclusão escolar 41
5. 5 Sintomatologia do autismo 42
5. 5.1 O entendimento do autismo pelos pais 42
5.6 Autismo no contexto escolar 43

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 46

REFERÊNCIAS 48

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve por intuito compreender como a literatura aborda a inclusão de crianças autistas em instituições escolares.

A inclusão escolar busca equiparar direitos e deveres de crianças consideradas peculiares idealizando restaurar a forma igualitária que teve sua ruptura ocasionada pela segregação. Mantoan (2006) diz que a inclusão se agrega a movimentos sociais mais vastos e que demandam igualdade e procedimentos mais equitativos na obtenção de bens e serviços.

Segundo Emílio (2009), para que exista inclusão parece primordial que possua a intenção para enfrentar as consequências institucionais e sociais que ela ocasiona, ou seja, o intuito de acolher a todos e disponibilizar uma educação de qualidade, independentemente da condição ou dos limites expostos pelo aluno.

Para Quinet (2009), a manifestação do capitalismo não é um laço social estável e sim segregador, onde a política adotada é a neoliberal, na qual é cada um por si e alguns são mais favorecidos que outros. Em que a única forma de tratar a desigualdade em nossa sociedade científica capitalista é segregar segundo o mercado por quem tem ou não acesso a produção científica.

Mantoan (2006) relata que a inclusão escolar não é compreendida, pois suplica por mudanças nas escolas, entretanto sem as mudanças não há como garantir o acolhimento a todos os alunos, sem distinção, dando a eles a possibilidade de avançar em seus estudos, segundo a predisposição de cada um, sem diferenciação e espaços desmembrados de educação.

Muito se tem falado sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais no meio social e principalmente em âmbito escolar. Para isso se faz necessário que diretores e professores entendam as necessidades da criança autista e formas de como acompanhá-la.

Afirma Gavioli, Ranoya e Abbamonte (2002), que quando a escola se defronta com uma criança resistente à aprendizagem e no caso da criança autista, é aguçado um sentimento de incapacidade nos educadores, de que não conseguem ensiná-las. Comumente isso acontece porque a escola e os professores focalizam o problema na criança autista presumindo que ela não é capaz de aprender o que a criança neurótica aprende e assim ocultam que a criança necessita do acompanhamento e trabalho interdisciplinar que podem ser realizados em casos como esses.

A valorização das diferenças, bem como uma adequação da escola à criança, suas necessidades, seus simbolismos e sua linguagem está integrado à subsistência do aluno na instituição, a inclusão compreende a escola como um lugar de todos, onde os alunos edificam o conhecimento segundo suas habilidades, se expressam, envolvem-se frequentemente nas tarefas de ensino e se aprimoram como cidadãos, nas suas particularidades (BRASIL, 2001a).

Segundo Roudinesco e Plon (1944), o termo vem do grego autos, que significa o si mesmo, para dar nome a introversão do sujeito em seu mundo interno e a inexistência de qualquer ligação com o exterior, que pode aproximar-se ao mutismo.

O autismo foi reconhecido como um Transtorno Global de desenvolvimento pelo DSM – IV (1994) ao passo que o indivíduo que foi diagnosticado pelo DSM-IV, deverá receber o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista deferido agora pelo DSM – V (2013).

Kupfer (2001), declara que mesmo que a classificação dada pelo DSM-IV facilite a conversação dos profissionais da área, ela não concebeu um progresso real no entendimento do quadro de autismo.

Acrescenta ainda que o autismo é fruto de uma falha da relação mãe-bebê, porque é a mãe que subjetiva o bebê com sua fala, seu toque e os seus gestos. Quando essa subjetivação começa a falhar, pode-se então perceber, por volta dos seis meses, as primeiras características do autismo: o bebê não demonstra o interesse de olhar para alguém, não fixa a cabeça, boca a todo tempo semiaberta com uma baba constante, pode ser alguns dos primeiros indícios (KUPFER, 2001).

Kupfer (2001), ainda relata que identificar essa falha não se trata de culpar a mãe e sim responsabilizá-la, pois isso significa envolve-la no trabalho de resgate do que não ocorreu quando o seu filho ainda era bebê, dando a elas a abertura de um confronto audacioso consigo mesma.

Para Kupfer (2005), quando se trata de inclusão escolar da criança autista pode-se deparar com uma dificuldade suplementar, pois algumas crianças poderão identificar os outros como uma ameaça, elas também encontrarão contrariedade quanto ao barulho e a intromissão das pessoas ao seu redor. Ao passo que se a sua compreensão do Outro não for transformada, a presença do mesmo não lhe afetará em nada.

Portanto, buscou-se neste trabalho informações com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: levando-se em consideração uma cultura socialmente difundida em que o sujeito autista é excluído, como a literatura aborda a inclusão de crianças autistas em instituições escolares? Acredita-se que a falta de formação, de apoio da gestão e da família e a

dificuldade para lidar as especificidades do aluno, permeiam a inclusão de crianças autistas em instituições escolares.

Segundo Mantoan (2006), nos atuais debates apresenta-se que o ensino escolar do Brasil encontra o desafio de solucionar a questão da dificuldade do acesso e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais no ambiente educacional.

Como este tema é de relevância social, buscou-se criar subsídios teóricos para as escolas que desejam enriquecer o modelo de escolarização das crianças autistas, bem como também para crianças com algum tipo de necessidade especial.

O interesse pelo tema surgiu através do encanto pela área da Psicologia Escolar, principalmente das experiências em estágio onde foi possível ter contato com crianças com deficiência.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Inclusão Escolar

A inclusão escolar, na postura de protótipo educacional objetiva a implantação de uma escola acolhedora, livre de critérios ou exigências de qualquer natureza, nem formas de seleção ou discriminação para a entrada e a existência de todos os alunos (ALVES, BARBOSA, 2006).

Segundo Brasil (2005), as escolas predispostas a integrar consistem em uma forma mais eficaz de combate às atitudes discriminatórias, criando e construindo uma sociedade acolhedora e inclusiva fornecendo educação para todos, além de propiciarem uma educação satisfatória à maioria das crianças, melhorando a eficácia e a relação custo-benefício do sistema educacional.

Para Nassar (2009, p. 113) “Incluir é compreender, inserir, introduzir, fazer parte; ao realizarmos a inclusão, estamos todos fazendo parte de um mesmo movimento o da igualdade social. ”

A desmedida desigualdade social no Brasil precisa ser refutada e a igualdade deve guiar toda ação política que possa interessar em combatê-la (KUPFER, 2005). Legitima-se que a dificuldade encontrada pelos sistemas de ensino pode tornar evidente a primordialidade de enfrentar as condutas discriminatórias e gerar possibilidades para a superação das mesmas, a educação inclusiva alcança o espaço central na discussão da sociedade moderna e do papel da escola no domínio da dialética da exclusão (BRASIL, 2008).

O trabalho desenvolvido pela educação inclusiva reflete na ideia de que esse trabalho é a resposta para qualquer escola, porque incita a educação a se desenvolver para ser capaz de acolher as diversidades de todas as crianças (MONTELLANO et al., 2009).

Conforme Kupfer (2005) quando se fala de inclusão escolar remete-se involuntariamente a igualdade e diferença, em um momento preza-se pela igualdade e em outro as suas diferenças, tal conflito chega à sala de aula onde a professora não sabe de qual lado se encontra, a situação piora quando esta tem diante de si uma criança com um distúrbio e que não se resigna às regras.

De acordo com Pietro (2006) as escolas insistem em ainda fazer uso do modelo tradicional de ensino, não exprimem a possibilidade de assumir os obstáculos proporcionados

pela inclusão escolar e a recepção da heterogeneidade, nem de fornecer conhecimento necessário para uma vida em sociedade.

Mantoan (2003) aponta a inclusão escolar como uma ruptura desse modelo tradicional, que poderá abrir novos espaços para que o funcionamento dessa escola avance para um momento onde a formação se espalhe para todas as crianças que da escola participam, é o encaixe no novo mapa da educação.

Do ponto de vista da inclusão, a educação especial passa a incorporar a proposição pedagógica da escola que é regularizada, originando na atenção as necessidades do aluno com deficiência ou qualquer tipo de transtorno (BRASIL, 2010).

A inclusão escolar inicia-se na educação infantil, onde a estruturação de desenvolvimento e conhecimento são expandidas como base indispensável e quando se trata da educação de jovens e adultos essa é mantida como uma extensão das chances de escolarização, bem como mercado de trabalho (BRASIL, 2008).

Para Marchesi (2004) a conceituação de escola inclusiva se concebe como uma forma extrema de compreender a reposta educativa às diferenças dos alunos e no amparo aos seus direitos à integralização e na necessidade da transformação das escolas, para que possibilite a qualidade da educação, sem exclusão.

A escola comum pode ser considerada inclusiva quando ela considera a diversidade do aluno diante o método educativo e procura fazer com que todos participem e evoluam de acordo com os novos mecanismos pedagógicos. Sabe-se que tal mudança não acontece instantaneamente, pois tais mudanças transcendem às salas de aula e a escola (ROPOLI et al., 2010).

A inclusão implica dedicação para que se reestruture as condições atuais em que a maioria das escolas se encontram, ao reconheceram que as dificuldades não giram somente em torno dos alunos, mas também de como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é formada e avaliada (MANTOAN, 2003).

Para que as demandas de integrar o aluno com necessidade especial sejam atendidas, faz-se necessário uma reformulação da escola regular, dessa maneira o aluno seria transferido da escola especial para a escola regular reformulada e capaz de recebe-lo e integrá-lo (MARCHESI, 2004).

Afim de que a escola comum inclusiva se concretize torna-se necessário o desenvolvimento de novas concepções, bem como o redirecionamento das práticas pedagógicas que sejam adaptáveis a inclusão (BRASIL, 2010).

2.2 Autismo

Roudinesco e Plon (1944) ao contar a história do autismo relatam que foi um psiquiatra norte-americano Leo Kanner que fez pela primeira vez a descrição do autismo ao diferenciar o mesmo da esquizofrenia infantil considerando-o como um padecimento psicogênico identificado por uma inépcia da criança, desde o nascimento, de instituir uma relação com o meio em que se encontra. Uma genealogia psicogênica foi dada para reconhecer o autismo, são elas: o afastamento, a necessidade de permanecer imóvel, os gestos estereotipados e as disfunções de linguagem onde a criança pode não falar muito, mas também pode proferir algumas falas sem significado.

Conforme Kupfer (2001) o termo autismo criado por Kanner é moderno e tece uma realidade reformada, cria um autista que passa a representar alguém para a sociedade, porém o mesmo sofre com a conclusão desta representação, sustenta a restrição da linguagem e de circular onde vive e é reprimido a subsistir no limite onde se equilibra.

Para Mello (2005) o autismo pode ser observado já nos primeiros dias de vida, mas comumente os pais relatam um período irregular antes da manifestação dos sintomas, eles também costumam citar algum acontecimento familiar no qual a criança possa ter apresentado regressão, segundo ela, a suspeita não se tornou verídica, mas a questão é importante e deve-se analisá-la a fundo.

Pires (2007) faz uma comparação entre a televisão e o autismo, para ela a televisão tem sobre nós o mesmo efeito que os processos e falas circulares tem sobre o autista, o poder de nos remover por um momento de nossa responsabilidade e nos deixar dispersos em meio a tantas incertezas.

Rodulfo (1990) relata que no autismo e nas psicoses encontra-se um sujeito norteado de significantes[1] trazido por outras pessoas que não o simbolizam e não dizem quem ele é.

Para Cavalcanti e Rocha (2001), as noções de autismo para a cultura são difundidas uma vez que são associadas à deficiência, incapacidade e a escassez de convicções. A criança

[1] Rodulfo (1990) relata que significante é tudo aquilo o que se repete na vida do sujeito.

é tida como alguém que não se comunica, não se relaciona e fica sempre presa em seu mundo deserto e incompreensível.

As crianças autistas que ao longo da história foram enfatizadas pela segregação a permanecerem em isolamento experienciam na vivência escolar apreender algo na sua infância que nunca viveu (CUNHA, MATA, 2006)

Não é possível pensar em infância sem pensar na escola, pois ela é um significante e é nessa instituição social que a criança elabora a vida desde muito cedo, constituindo-se onde lhe é permitido ser criança (BRIDI, FORTES, FILHO, 2006).

Assali e Amâncio (2005) afirmam que a assistência na escolarização de crianças psicóticas, autistas ou gravemente neuróticas faz com que se pense incessantemente nos embaraços das travessias e entrada nas possibilidades que asseguram a inclusão escolar dessas crianças.

2.3 A Relação Escola e Família no Processo de Inclusão Escolar

Segundo Polonia e Dessen (2005) a colaboração dos pais no histórico escolar do aluno deve ser reconhecida pela escola e a mesma deve auxiliar a família a desempenhar o seu papel na educação e evolução de seus filhos. Escola e família são duas instituições fundamentais para a evolução física, intelectual e social da pessoa.

A relação entre escola e família é vista como algo se complementa e não se distingue ou separa, pois, ajudam a estabelecer o curso de vida da criança (BHERING, SIRAJ-BLATCHFORD, 1999).

Para Perez (2012) o trabalho educativo focado na criança deve-se persistir em uma boa relação entre a família e a escola, assim exercem colaboração mútua discutindo e se informando sobre os mais diversos assuntos, buscando promover a educação integral da criança.

Acrescenta ainda que não seja possível que se estabeleça um único procedimento nessa relação, nem mesmo apresentar um único modelo de comunicação entre escola e família, pois existem várias formas de comunicação como a reunião de pais ou a entrada e saída da escola, mas é possível que a relação se estabeleça dentro da realidade de cada escola e família (PEREZ, 2012).

Nos casos dos alunos com deficiência é importante que os professores tomem conhecimento do seu diagnóstico e prognóstico, conversem com os pais a fim de conhecer o

histórico de vida desse aluno, buscando traçar estratégias conjuntas de estimulação (MACIEL, 2000).

Acerca da colaboração entre escola e família, uma das barreiras é a expectativa da escola de que os pais iniciem essa interação, porém cabe a escola tomar tal iniciativa, pois os pais podem se sentirem inibidos a se envolver na vida escolar do filho e a escola deve ser a responsável por quebrar paradigmas que podem ter sido construídos por ela mesma, inibindo essa participação ativa dos pais, desenvolvendo assim a colaboração a escola e se capacitando no trabalho frente ao aluno (CAVALCANTE, 1998).

Bhering (2003) pontua que a flexibilidade é um dos pontos fundamentais no que tange o envolvimento dos pais no contexto escolar, pois somente assim pode-se avaliar as demandas, as possibilidades e as necessidades que esse envolvimento traz.

A escola precisa descobrir meios de inserir e movimentar tanto pais quanto alunos e comunidade, integrando os múltiplos espaços educacionais disponíveis na sociedade, a escola pode iniciar por abrir um espaço para a família na agenda escolar. Tanto a família quanto a escola precisam estar em concordância quanto aos discursos e objetivos, pois quanto melhor for a parceria melhores serão também os resultados da formação do aluno (BANDEIRA, MARTINS, 2015).

2.4 Histórico dos Direitos da Pessoa com Deficiência à Educação Especial

Segundo Brasil (2010) em 1945 criou-se a primeira assistência educacional especial às pessoas consideradas superdotadas na Sociedade Pestalozzi, seguida da fundação da primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), em 1954, no ano de 1961 a assistência às pessoas com deficiência passou a ser efetiva pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 4.024/61 que indica o direitos dos excepcionais[2] à educação dentro da escola comum, alterada logo depois pela Lei nº5.692/71 definindo a assistência aos alunos com problemas, físicos, mentais, em atraso em relação aos outros alunos de sua idade e aos superdotados.

[2]Segundo Sassaki (2003), na década de 50 o termo era utilizado para significar "indivíduos com deficiência mental".

O Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) foi criado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1973, como o encarregado de gerenciar a educação especial no Brasil. (BRASIL, 2010).

A Constituição Federal de 1998 define em seu artigo 205 a educação como:

> [...] direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988, n/p.).

Completa em seu artigo 206, inciso I, determinando "a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" (BRASIL, 1988, p. 160).

Em Salamanca, Espanha, no mês de junho de 1994 onde os delegados da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas reconheceram que todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais deveriam recebê-la na escola comum, crendo e confirmando que: "Todas as crianças, de ambos os sexos, têm direito fundamental à educação, e que a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos" (BRASIL, 2005, p. 15). Ainda sobre o direito fundamental de toda criança à educação acrescenta que:

> O direito de toda criança à educação foi proclamado na Declaração de Direitos Humanos e ratificado na Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Toda pessoa com deficiência tem o direito de manifestar seus desejos quanto a sua educação, na medida de sua capacidade de estar certa disso. Os pais têm o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação que melhor se ajuste às necessidades, circunstâncias e aspirações de seus filhos" (BRASIL, 2005 p. 18).

Em 1999 o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89 ao tratar sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, explica a educação especial, comparando-a a todos os níveis e moldes de ensino, como uma categoria transversal, destacando a atuação que complementa a educação especial ao ensino regular (BRASIL, 2010).

Sobre as pessoas portadoras de deficiência a Convenção de Guatemala de 1999 declarada pelo Decreto nº 3.956/2001 afirma que elas:

> [...] têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas à discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano" (BRASIL, 2001b, s/p.).

De acordo com Brasil (2010), este Decreto tem um impacto importante na educação, pois exige que a educação especial seja reinterpretada, concebida no contexto de diferenciação, empregado para propiciar a remoção das barreiras que impossibilitam o acesso à escolarização.

O MEC instituiu em 2003 o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, apoiando a transformação dos sistemas de ensino em sistemas inclusivos de educação, gerando um extenso processo de formação de gestores e educadores, garantindo o direito de acesso de todos à escolarização. Em 2004, o Ministério Público Federal, com vistas a difundir conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, confirmando o direito e os benefícios da escolarização dos alunos com deficiência no ensino regular comum (BRASIL, 2010).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006, estabelece em seu artigo 24 que os Estados Partes devem reconhecer que toda a pessoa com deficiência tem direito à educação e para que se garanta esse direito sem discriminação e com base nas igualdades, é necessário que se garanta que:

> a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência; b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem; c) Adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas; d) As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; e) Medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena (BRASIL, 2007, s/p.).

Lançou-se em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), tendo como base a formação dos professores para a educação especial e a organização do espaço escolar, implantando sala de recursos multifuncionais, a acessibilidade nos prédios escolares, o acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior, bem como o monitoramento desse acesso à escola, dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), para a implementação deste já citado é publicado o Decreto nº6,094/2007 que determina nas diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, o asseguramento do acesso e permanência no ensino regular, fortalecendo a entrada dos alunos com deficiência nas escolas públicas (BRASIL, 2010).

No dia 17 de setembro de 2008 surge o decreto nº 6.571 que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, pontuando em seu Art. 1 º a prestação de apoio técnico

e financeiro aos sistemas públicos de ensinos, por meio deste decreto tendo como finalidade ampliar o oferecimento de atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e habilidades de superdotação.

O Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Educação Básica, na Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009 em seu Art. 1º para a implementação do decreto nº 6.571/2008 pontua que:

> Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação nas classes comuns de ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado, da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (BRASIL, 2010, p. 68).

Sobre os marcos históricos da educação especial, Brasil (2010) relata que através desse procedimento de democratização da escola, coloca-se em evidência o paradoxo inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino integralizam o acesso, mas continuam excluindo grupos que não se encaixam nos padrões homogeneizados da escola. Acrescenta ainda que tradicionalmente a educação especial se organizou como atendimento especializado substitutivo da escola comum, dando atenção às diferentes percepções, terminologias e modalidades, que conduziram à criação das escolas especiais.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

- Compreender como a literatura aborda a inclusão de crianças autistas em instituições escolares.

3.2 Objetivos Específicos

- Conhecer sobre educação especial e a perspectiva da escola sobre a inclusão escolar;

- Compreender o autismo e o que diz a literatura sobre o tema;

- Discorrer sobre o autista no contexto escolar da exclusão à inclusão.

4 METODOLOGIA

4.1 Tipo de Pesquisa

Este trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica qualitativa, procurando, sob o olhar de autores, compreender a inclusão de crianças autistas em instituições escolares.

Para Demo (2008) a pesquisa bibliográfica é aquela que produz e esclarece contextos teóricos referenciais. Um bom conhecimento teórico significa, não só a total compreensão teórica, mas também o primordial que é a habilidade teórica própria.

Segundo Gil (2002) para se realizar uma pesquisa bibliográfica baseia-se em materiais que já foram elaborados, respalda-se principalmente em livros e artigos científicos. Ainda que se exija em muitos estudos algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas que se desenvolvem especificamente fundamentadas em fontes bibliográficas.

Demo (2008) cita como procedimento, a compreensão da bibliografia indispensável, por intermédio desta é que concebemos entendimento da produção existente, a partir daí podemos aceitar, rejeitar e dialogar criticamente.

Gil (2002) afirma que as pesquisas bibliográficas são desenvolvidas em sua maioria quando ela se propõe a analisar ideologias ou diferentes opiniões a respeito de um problema, sua vantagem é o fato de que o pesquisador tem acesso a uma rede ampla de fenômenos do que ele teria se pesquisasse diretamente.

O autor acrescenta que essa vantagem pode prejudicar a qualidade da pesquisa, pois as fontes secundárias em sua maioria apresentam dados de forma desacertada, por isso sugere-se ao pesquisador uma leitura sistemática de cada informação fornecida na fonte (GIL, 2002).

Kauark, Manhães e Medeiros (2010) declaram que a pesquisa qualitativa está diretamente relacionada ao indivíduo e o social, o mundo real, onde há dinamismo, ou seja, um vínculo intrínseco entre a sua objetividade e subjetividade que não é possível representar em números.

4.2. Estratégia de Busca de Referências

Para atingir a proposta deste trabalho, desenvolveu-se a revisão sistemática de literatura, através da busca eletrônica na base de dados online Scientific Eletronic Library Online

(SCIELO). O recurso utilizado foi escolhido de acordo com sua praticidade, agilidade e confiabilidade, visando também a ampla possibilidade de materiais.

Realizou-se uma busca utilizando os seguintes descritores: “ autismo; inclusão escolar”, cabe ressaltar que a busca foi realizada empregando os descritores ligados um ao outro e separadamente, visto que isso proporcionou uma gama maior de materiais.

No campo método assinalou-se o item todos os índices, refinando a busca no idioma, abarcando o português, no intervalo em anos da pesquisa de 2013 a 2017, buscando o que a literatura mais recente pontua sobre o tema e no campo periódicos descartou-se as revistas consideradas fora da temática, selecionando as que coincidiam com o tema proposto pelo trabalho. A pesquisa realizou-se no período do dia 28 de agosto a 01 de setembro de 2017.

4.3 Procedimentos de seleção e avaliação das referências

O primeiro critério da revisão sistemática foi o referencial. Foram selecionados apenas artigos e desconsiderou-se livros, teses, dissertações, resenhas, entrevistas, dentre outros.

No procedimento da leitura dos resumos dos artigos foi observado se eles possuíam alguma relação com o tema Inclusão Escolar de Crianças Autistas, os que não respondiam a esse critério, foram descartados. Observou-se também os títulos e autores dos artigos para que fossem excluídos aqueles que estivessem repetidos.

Foram estabelecidos critérios para que os periódicos fossem selecionados na intenção de responder aos objetivos do presente trabalho. O primeiro critério considerado foi o idioma, abarcando então o português. A finalidade consistiu no segundo critério da busca, visto que foram analisadas referências voltadas estritamente ao estudo da inclusão escolar e crianças autistas. O terceiro critério para seleção dos periódicos foi o intervalo de anos das publicações, considerando-se os anos de 2013 a 2017, um período de 05 anos. O quarto e último critério foi a seleção das revistas consideradas dentro da temática.

4.4 Referencial teórico e resultados

A busca possibilitou encontrar 926 artigos científicos na base de dados Scielo, após a realização dos procedimentos de seleção já citados os artigos filtrados totalizaram em 166. Realizou-se a busca na leitura dos resumos seguida da leitura dos periódicos em sua totalidade.

Selecionou-se 122 artigos considerados fora da temática, destes 9 repetidos. Daqueles selecionados para revisão se encontraram 7 repetidos, totalizando 28 artigos para participarem da revisão final, conforme expostos a seguir:

1. Inclusão escolar, formação de professores e a assessoria baseada em habilidades sociais educativas;
2. Capacitação de agentes educacionais: proposta de desenvolvimento de estratégias inclusivas;
3. Formação docente para educar na diversidade: concepções subjacentes nos documentos oficiais e na prática explicitada;
4. Autismo e inclusão na educação infantil: crenças e auto eficácia da educadora;
5. Demandas de professores decorrentes da inclusão escolar;
6. Professores do atendimento educacional especializado e a organização do ensino para o aluno com deficiência intelectual;
7. A subjetividade social da escola e os desafios da inclusão de alunos com desenvolvimento atípico;
8. Escolarização de alunos com autismo;
9. Narrativas sobre a inclusão de uma criança autista: desafios à prática docente;
10. Reconfiguração da educação especial: análise da constituição de um centro de atendimento educacional especializado;
11. Compreendendo o processo de inclusão escolar no brasil na perspectiva dos professores: uma revisão integrativa;
12. Pensamento social e educação: concepção de escola e avaliação da inclusão por parte de mães de alunos deficientes de São Gonçalo;
13. Características sintomatológicas de crianças com autismo e regressão da linguagem oral;
14. Inclusão em educação: processos de avaliação em questão;
15. A inclusão escolar nas autobiografias de autistas;
16. Planejamento de estratégias para o processo de inclusão: desafios em questão;
17. As práticas de in/exclusão na escola e a redefinição do conhecimento escolar: implicações contemporâneas;
18. Entre o texto e a vida: uma leitura sobre as políticas de Educação Especial;
19. Organização do espaço e do tempo na inclusão de sujeitos com autismo;
20. Educação especial e inclusão escolar: tramas de uma política em implantação;

21. A inclusão escolar de um aluno com autismo: diferentes tempos de escuta, intervenção e aprendizagens;

22. Conhecimentos e necessidades dos professores em relação aos transtornos do espectro autístico.

23. Concepções de pais e professores sobre a inclusão de crianças autistas;

24. Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre interações sociais no contexto escolar;

25. Cartas de mães e pais de autistas ao Jornal do Brasil na década de 1980;

26. Educação Especial e a Relação Família - Escola: Análise da produção científica de teses e dissertações;

27. O envolvimento parental na visão de pais e professores de alunos com necessidades educacionais especiais;

28. As vivências de mães de jovens autistas.

4.4.1 Artigos repetidos

1. A inclusão escolar nas autobiografias de autistas;
2. Cartas de mães e pais de autistas ao Jornal do Brasil na década de 1980;
3. Capacitação de Agentes Educacionais: Proposta de Desenvolvimento de Estratégias Inclusivas;
4. Escolarização de alunos com autismo;
5. Narrativas sobre a inclusão de uma criança autista: desafios à prática docente;
6. Organização do espaço e do tempo na inclusão de sujeitos com autismo;
7. Conhecimentos e necessidades dos professores em relação aos transtornos do espectro autístico.

4.4.2 Artigos considerados fora da temática

1. Revisão Sistemática das Pesquisas Colaborativas em Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar no Brasil;
2. Representações Sociais sobre a Deficiência: Perspectivas de Alunos de Educação Física Escolar;
3. O Trabalho de Colaboradores com Deficiência nas Empresas: com a Voz os Gestores de Recursos Humanos;

4. A Tarefa de Casa na Inclusão Escolar: Alunos com Deficiência Física;

5. Programa Um Computador por Aluno: o acesso às tecnologias digitais como estratégia para a redução das desigualdades sociais;

6. Lógicas de exclusão/inclusão dos processos educativos no contexto prisional feminino;

7. Formação e capacitação de docentes para atuar com alunos com deficiência auditiva: um estudo no Instituto Federal do Espírito Santo – IFES;

8. A lei n. 11.645 e a visão dos professores do Rio de Janeiro sobre a temática indígena na escola;

9. A seleção do conhecimento em documentos curriculares: ciências naturais e arte;

10. Inclusão de estudantes com deficiências na universidade: Estudo em uma universidade portuguesa;

11. Inclusão excludente e utopia digital: a formação docente no Programa Um Computador por Aluno;

12. Discursos e Práticas na Inclusão de Índios Surdos em Escolas Diferenciadas Indígenas;

13. Sobre Tempo e Conhecimentos Praticados na Escola de Tempo Integral;

14. Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola;

15. Raízes sociais e psicodinâmicas do preconceito e suas implicações na educação inclusiva;

16. Inclusão no ensino superior: uma proposta de ação em Psicologia Escolar;

17. Libras na educação de surdos: o que dizem os profissionais da escola?;

18. Crianças e adolescentes com problemas emocionais e comportamentais têm necessidade de políticas de inclusão escolar?;

19. Características e Tendências das Teses em Educação Especial Desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação do Estado de São Paulo;

20. Dificuldades e Sucessos de Professores de Educação Física em Relação à Inclusão Escolar;

21. Educação Física Escolar: Percepções do Aluno com Deficiência;

22. Em tempos de democratização do direito à educação: como têm se delineado as políticas de acesso à EJA aos estudantes com deficiência no Rio Grande do Sul?;

23. Bullying, vitimização por funcionários e depressão: Relações com o engajamento emocional escolar;

24. Práticas de Professores Frente ao Aluno com Deficiência Intelectual em Classe Regular;

25. Medicalização dos Modos de Ser e de Aprender;

26. Análise das Dissertações e Teses do PPGEES/UFSCar na Interface Educação Física e Educação Especial;

27. Aulas de ciências para surdos: estudos sobre a produção do discurso de intérpretes de LIBRAS e professores de ciências;

28. Resiliência e Processos Protetivos de Adolescentes com Deficiência Física e Surdez Incluídos em Escolas Regulares;

29. O compartilhamento de significado na aula de Física e a atuação do interlocutor de Língua Brasileira de Sinais;

30. A participação dos pais nas pesquisas sobre o bullying escolar;

31. Práticas docentes criativas e histórias de formação: um estudo de caso;

32. Possibilidades da Tutoria de Pares para Estudantes com Deficiência Visual no Ensino Técnico e Superior;

33. As Formas de Comunicação e de Inclusão da Criança Kaiowá Surda na Família e na Escola: um Estudo Etnográfico;

34. Provinha Brasil e avaliação formativa: um diálogo possível?;

35. Pessoas com deficiência e escola: principais mudanças na experiência italiana;

36. Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a formação do professor;

37. Educação inclusiva: desafio, descuido e responsabilidade de cursos de licenciatura;

38. Estudantes com necessidades educacionais especiais nas avaliações em larga escala: prova Brasil e ENEM;

39. O ensino da língua Brasileira de sinais na educação infantil para crianças ouvintes e surdas: considerações com base na psicologia histórico-cultural;

40. Mapeamento de alunos surdos matriculados na rede de ensino pública de um município de médio porte do Estado de São Paulo: dissonâncias;

41. A relação família e escola em um contexto de escolarização do aluno com deficiência: reflexões desde uma abordagem sociológica figuracional;

42. A questão linguística na inclusão escolar de alunos surdos: ambiente regular inclusivo *versus* ambiente exclusivamente ouvinte;

43. Máquina de educar, máquina de prevenir: o modelo escolar ocidental e a emergência da prevenção às drogas na educação;

44. Estresse em crianças e adolescentes com Síndrome de Williams-Beuren em idade escolar;

45. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar;

46. Inclusão e internacionalização dos direitos à educação: as experiências brasileira, norte-americana e italiana;

47. Educadores e a implementação de diretrizes contra desigualdades: o caso do ProJovem Urbano;

48. Inclusão escolar do aluno com deficiência física: visão dos professores acerca da colaboração do fisioterapeuta;

49. Avaliação do Brincar de Faz de Conta de Pré-Escolares: Revisão Integrativa da Literatura;

50. O que pode o corpo de uma criança autista?;

51. Seleção de vocábulos para implementação do *Picture Exchange Communication System* – PECS em autistas não verbais;

52. Atenção psicossocial a crianças e adolescentes com autismo nos CAPSi da região metropolitana do Rio de Janeiro;

53. Ativismo político de pais de autistas no Rio de Janeiro: reflexões sobre o "direito ao tratamento";

54. Processos de Leitura em Educandos com Autismo: um Estudo de Revisão;

55. Agência e subjetivação na gestão de pessoas com deficiência: a inclusão no mercado de trabalho de um jovem diagnosticado com autismo;

56. Ensino de Nomeação com Objetos e Figuras para Crianças com Autismo;

57. Características e Especificidades da Comunicação Social na Perturbação do Espectro do Autismo;

58. Perfil escolar e as habilidades cognitivas e de linguagem de crianças e adolescentes do espectro do autismo;

59. Ensino de Sílabas Simples, Leitura Combinatória e Leitura com Compreensão para Aprendizes com Autismo;

60. Marcha em pontas idiopática em idade pediátrica;

61. A Eficácia de um Programa de Treino de Trampolins na Proficiência Motora de Crianças com Transtorno do Espectro do Autismo;

62. Repercussões do autismo no subsistema fraterno na perspectiva de irmãos adultos;

63. Teoria da Mente em Pais de Pessoas com Autismo: uma Análise Comparativa;

64. A Produção Científica Brasileira sobre Autismo na Psicologia e na Educação;

65. Avaliação do Comportamento Motor em Crianças com Transtorno do Espectro do Autismo: uma Revisão Sistemática;

66. O Fenótipo Ampliado do Autismo em genitores de crianças com Transtorno do Espectro Autista – TEA;

67. Associações entre Sinais Precoces de Autismo, Atenção Compartilhada e Atrasos no Desenvolvimento Infantil;

68. Autismo e vícios;

69. Avaliação dos Efeitos de Programas de Intervenção de Atividade Física em Indivíduos com Transtorno do Espectro do Autismo;

70. Comparative study of the imitation ability in Specific Language Impairment and Autism Spectrum Impairment;

71. Mesclando práticas em Comunicação Alternativa: caso de uma criança com autismo;

72. Comportamentos de Crianças do Espectro do Autismo com seus Pares no Contexto de Educação Musical;

73. Protocolo de Avaliação de Crianças com Autismo: Evidências de Validade de Critério;

74. Da invisibilidade à epidemia: a construção narrativa do autismo na mídia impressa brasileira;

75. Consciência sintática: correlações no espectro do autismo;

76. A lógica do autismo: uma análise através da autobiografia de um autista;

77. Categorias de necessidades educacionais especiais enquanto preditoras de déficits em habilidades sociais na infância;

78. Sociocognitive performance in autism spectrum disorders and interference of the therapeutic environment;

79. Communication difficulties perceived by parents of children with developmental disorders;

80. Process of speech acquisition and development of autistic children with or without autistic regression**;**

81. Comparing the results of DAADD and ABC of children included in Autism Spectrum Disorders**;**

82. Adaptation of the Child Development Clinical Risk Indicators instrument to retrospective parent report;

83. Falamos da mesma criança? Concordância mãe – pai – professores na avaliação do temperamento de crianças portuguesas;

84. As vivências de mães de jovens autistas;

85. Autismo e Síndrome de Down: concepções de profissionais de diferentes áreas;

86. Temperamento e sua relação com problemas emocionais e de comportamento em pré-escolares;

87. Short-term speech-language intervention for children with disorders of the autism spectrum;

88. Revisão de estudos sobre o Picture Exchange Communication System (PECS) para o ensino de linguagem a indivíduos com autismo e outras dificuldades de fala;

89. Functional Communication Profile and speech-language diagnosis in children of the autism spectrum: checklist use**;**

90. Construção e validação de um instrumento de avaliação do perfil desenvolvimental de crianças com Perturbação do Espectro do Autismo;

91. Bebês com risco de autismo: o não-olhar do médico;

92. A construção do diagnóstico do autismo em uma rede social virtual brasileira;

93. As Perturbações do Espectro do Autismo: Avanços da Biologia Molecular;

94. Competência social e autismo: o papel do contexto da brincadeira com pares;

95. Considerando a responsividade: uma proposta de análise pragmática no espectro do autismo;

96. Estudo longitudinal da terapia de linguagem de 142 crianças e adolescentes com distúrbios do espectro do autismo;

97. Qualidade de vida em irmãos de crianças incluídas no espectro do autismo;

98. A relação entre regressão da linguagem e desenvolvimento sociocomunicativo de crianças com transtorno do espectro do autismo;

99. Análise de Comportamento Aplicada e Distúrbios do Espectro do Autismo: revisão de literatura;

100. O Brincar de uma criança autista sob a Ótica da perspectiva histórico-cultural;

101. Tecnologias Móveis na inclusão escolar e digital de estudantes com transtornos de espectro autista;

102. Escolarização formal e dimensões curriculares para alunos com autismo: o estado da arte da produção acadêmica brasileira;

103. Padrões de segregação escolar no brasil: um estudo comparativo entre capitais do país;

104. Pesquisa-formação e história de vida: entretecendo possibilidades em Educação inclusiva;

105. A inclusão de crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular em Portugal: a opinião de educadores de infância e de professores do 1º ciclo do ensino público e privado;

106. O Index para a inclusão como instrumento de pesquisa: uma análise crítica;

107. Pedagogia da inclusão e a justiça restaurativa: escapes com Kafka;

108. Padrões de segregação escolar no brasil: um estudo comparativo entre capitais do país;

109. As contribuições do uso da comunicação alternativa no processo de inclusão escolar de um aluno com transtorno do espectro do autismo;

110. Outros olhares sobre a inclusão escolar;

111. Sistemas de pensamento na educação e políticas de inclusão (e exclusão) escolar: entrevista com Thomas S. Popkewitz;

112. A emergência do discurso da inclusão escolar na biopolítica: uma problematização em busca de um olhar mais radical;

113. Inclusão escolar e os desafios para a formação de professores;

114. Educação, inclusão e trabalho: um debate necessário;

115. Novas (re) configurações no ministério da educação: entre o fio de Ariadne e a mortalha de Penélope;

116. Em busca da flor viva: para uma crítica ao ideário inclusivista em educação;

117. Interações comunicativas entre uma professora e um aluno com autismo na escola comum: uma proposta de intervenção;

118. A inclusão escolar de alunos com deficiência: uma leitura baseada em Pierre Bourdieu;

119. Tratar e educar o autismo: cenário político atual – entrevista com Pierre Delion;

120. Escola como espaço para a diversidade e o desenvolvimento humano;

121. A noção de duplo e sua importância na discussão do autismo;

122. Atos de ler a educação especial na educação infantil: reordenações políticas e os serviços educacionais especializados.

4.4.3 Artigos repetidos e fora da temática

1. Atenção psicossocial a crianças e adolescentes com autismo nos CAPSi da região metropolitana do Rio de Janeiro;
2. Ativismo político de pais de autistas no Rio de Janeiro: reflexões sobre o “direito ao tratamento”;
3. Da invisibilidade à epidemia: a construção narrativa do autismo na mídia impressa brasileira;
4. A construção do diagnóstico do autismo em uma rede social virtual brasileira;
5. Tecnologias móveis na inclusão escolar e digital de estudantes com transtornos de espectro autista;
6. Autismo e Síndrome de Down: concepções de profissionais de diferentes áreas;
7. Competência social e autismo: o papel do contexto da brincadeira com pares;
8. Dificuldades e Sucessos de Professores de Educação Física em Relação à Inclusão Escolar;
9. As Contribuições do Uso da Comunicação Alternativa no Processo de Inclusão Escolar de um Aluno com Transtorno do Espectro do Autismo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante a análise dos artigos foi possível obter resultados que foram apresentados em forma de gráficos e tabela, de modo estatístico e descritivo.

Os dados obtidos foram divididos em seis categorias e duas subcategorias conforme a seguir: Áreas de Conhecimento; Ano de Publicação; Revistas de Publicação; Inclusão Escolar no Brasil possuindo a subcategoria A Família no Processo de Inclusão Escolar; Autismo no Contexto Escolar; Sintomatologia do Autismo possuindo a subcategoria O Entendimento do Autismo pelos pais.

5.1 Áreas de Conhecimento

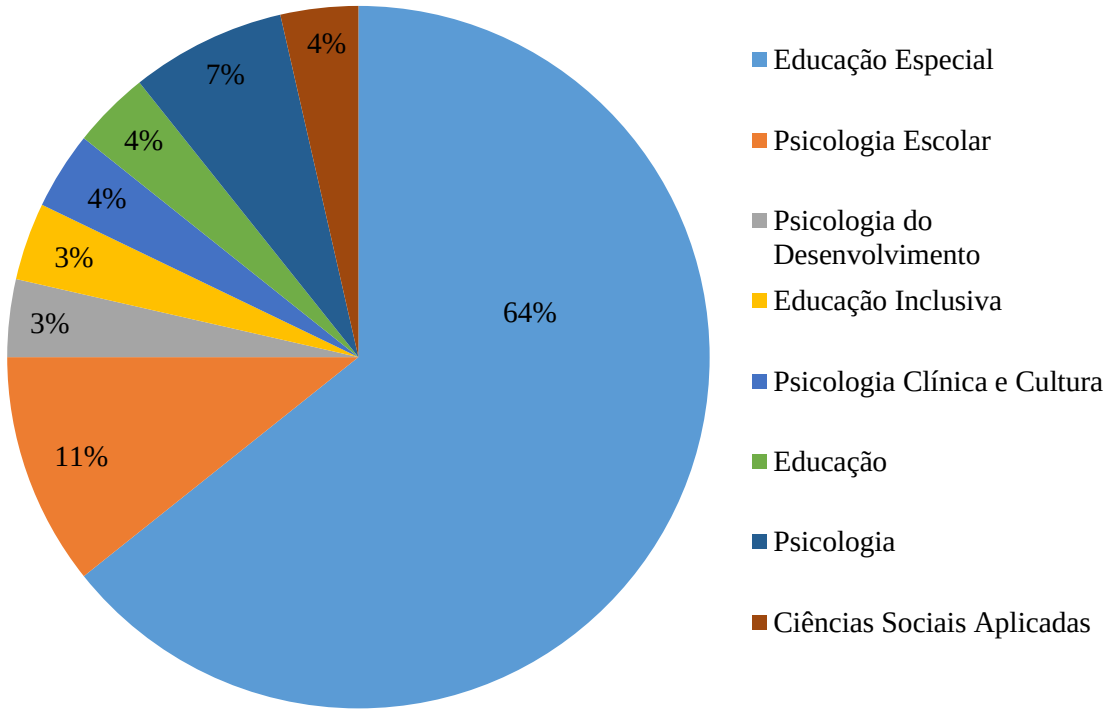

Gráfico 1 - Áreas de Conhecimento
Fonte: Dados da Pesquisa

O GRAF. 1 aponta a distribuição de artigos analisados para cada área de conhecimento. Nota-se a quantidade significativa de 64%, num total de 18 artigos na área Educação Especial, o que pode significar que maior parte dos trabalhos voltados ao tema Inclusão Escolar de Crianças Autistas, está ligada à área de Educação Especial, esta que indiscutivelmente está ligada ao assunto educação inclusiva.

Na sequência, evidencia-se Psicologia Escolar, 11%, três trabalhos, com um menor número de materiais publicados destacam-se Ciências Sociais Aplicadas, Psicologia, Educação, Psicologia Clínica e Cultura e Educação Inclusiva, obtendo um percentual de 4% cada trabalho, o que corresponde a um trabalho por área e por último Psicologia do Desenvolvimento, 3%, um trabalho publicado.

5.2 Ano de Publicação

Tabela 1 – Distribuição da amostra por ano de publicação

Ano de Publicação	**Nº de Estudos**
2013	**2**
2014	**9**
2015	**8**
2016	**5**
2017	**4**
Total	**28**

Fonte: Dados da Pesquisa

A TAB. 1 representa por ordem cronológica a distribuição de trabalhos publicados em anos no intervalo de 2013 a 2017; os resultados mostram que no ano de 2013 apenas dois artigos foram publicados. Nota-se que houve um crescente número de publicações da área nos anos de 2014 e 2015, totalizando 16 artigos, oito em cada ano. Em sua grande maioria os trabalhos estão voltados para a área de Educação Especial, tendo baixa nos anos posteriores, 2016 com um total de cinco publicações e 2017 com um total de quatro.

5.3 Revistas de Publicação

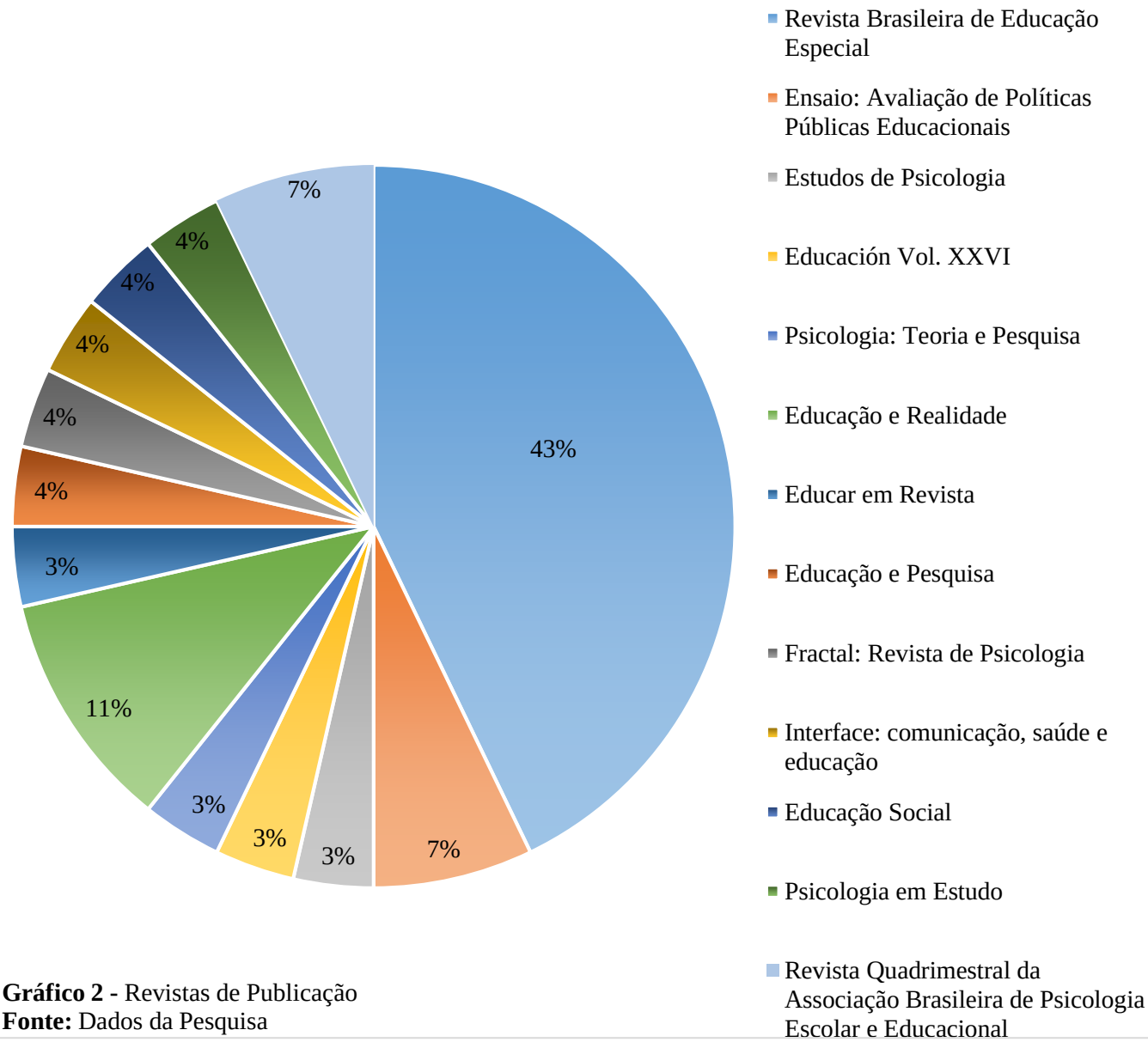

Gráfico 2 - Revistas de Publicação
Fonte: Dados da Pesquisa

O GRAF. 2 compreende a distribuição dos artigos segundo as revistas de publicação. Este gráfico reforça o resultado do GRAF. 1 Áreas de conhecimento, visto que 44% dos artigos analisados também são voltados para a área de Educação Especial, publicados na Revista Brasileira de Educação Especial, num total de 12 artigos, seguindo-se da Revista Educação e Realidade, com 11%, ou seja, três trabalhos publicados.

5.4 Inclusão Escolar no Brasil

Salienta-se amplamente que os trabalhos evidenciaram aspectos da inclusão escolar no Brasil seja por meio de vivências de professores e gestores, sob o ponto de vista dos pais, bem como críticas às práticas inclusivas como a reorganização do espaço e a demanda do ensino colaborativo. Assim, nesta categoria descreve-se abaixo os pontos principais na análise sobre o que concerne a inclusão escolar no Brasil.

Para que se efetive o processo de inclusão é necessário que se lance um olhar mais amplo, que se estenda à estrutura do ambiente escolar, tanto externamente quanto internamente, observando a forma como esse aluno entra e sai do local, identificando as suas dificuldades. Entende-se a necessidade de avaliar as propostas de reorganização da escola e da prática docente, entendendo os limites e as possibilidades destes. Salienta-se que essas alternativas de reorganização não podem ser entendidas como uma solução para todos os problemas da Educação, mas como parte de um conjunto que precisa ser modificado na escola (ROSIN-PINOLA, DEL PRETTE, 2014; SILVA, CARVALHO, 2017).

Segundo Sant'Ana (2005) e Vitta, Vitta e Monteiro (2010) considera-se significativo que se realize adaptações não só na infraestrutura dos ambientes escolares, bem como nos recursos pedagógicos e no trabalho conjunto de todos da comunidade escolar tendo em vista a inclusão dos alunos no ensino regular.

Em pesquisas os participantes afirmam que a escola não estaria apta ao processo de inclusão se o profissional especialista em educação especial não estivesse inserido na escola. O ensino colaborativo trata-se de considerar uma parceria entre o professor regular e o profissional especializado em educação especial, que pode ocorrer tanto dentro como fora da sala de aula, para que unam seus saberes e busquem maneiras práticas e motivadoras de ensino e aprendizagem. Esta perspectiva implica em proporcionar a efetividade do professor regular na execução da inclusão. Ressalta-se a importância de estender a parceria a todos os professores e profissionais envolvidos com o aluno para que se construa uma rede de apoio (ROSIN-PINOLA, DEL PRETTE, 2014; FANTACINI, DIAS, 2015; SANTOS, MARTÍNEZ, 2016).

Para Vilaronga e Mendes (2014) o ensino colaborativo, também conhecido como coensino, um trabalho realizado por professores da educação especial e da sala regular, é uma proposta apontada como uma das mais relevantes, sugeridas em alguns países como forma de

inclusão escolar de alunos com deficiência, no entanto, o modelo não é conhecido e realizado pela grande maioria dos municípios brasileiros, utilizado somente em casos experimentais ou pontuais.

Educadores regulares indicam que faltam profissionais da área de educação especial na escola regular, o que para eles se torna um empecilho para a efetivação do processo de inclusão escolar. Os professores esperam que se tenha uma maior quantidade de profissionais especializados na escola para que consigam uma melhor orientação e qualificação em sua atuação profissional (MATOS, MENDES, 2015).

De acordo com Mendes, Almeida e Toyoda (2011) as solicitações primordiais feitas pelos professores, é que faltam profissionais especializados que fossem capazes de oferecer apoio de forma mais regularizada no dia a dia do método educativo com as crianças.

Segundo pesquisas, em relação às dificuldades encontradas para trabalhar com alunos com diagnósticos de deficiência intelectual, autismo (transtorno de desenvolvimento grave que prejudica a capacidade de se comunicar e interagir) que será detalhado adiante ou Síndrome de Ásperger (transtorno de desenvolvimento que impede também a pessoa se comunicar com eficiência), professores apontam vários agravantes. Destacam a falta de formação para trabalhar com esse aluno; a dificuldade de se ausentar da sala de aula para estar presente em formações; a falta de acesso ao material disponível; o despreparo do professor para lidar com as especificidades do aluno; a difícil realidade do mesmo para ter conhecimento acessível. Ressalta-se a falta de apoio ou acompanhamento da gestão para implementação da inclusão escolar e o precário engajamento dos membros gestores em formações. Ressalta-se aqui também, a necessidade de professores e gestão estarem em conformidade a fim de aprimorarem os meios de implantação da inclusão (PRIETO, PAGNEZ, GONZALEZ, 2014; BENITEZ, DOMENICONI, 2014; LIMA, DORZIAT, 2015; SANTOS, MARTÍNEZ, 2016).

Enfatiza-se que há de se considerar a presença de especialistas para preparar professores nessa nova perspectiva de ensino, possibilitando a reflexão sobre o método utilizado para ensino e possibilitando a transformação da sala de aula. Nota-se que a compulsoriedade de matrícula e o declínio da prática pedagógica do professor que não encontra espaços para troca de saberes e formação, faz com que a política da inclusão se torne cada vez mais utópica nas escolas públicas do Brasil pois, professores acolhem todos os anos alunos com distintas deficiências, possuindo uma formação debilitada em relação à educação especial, tendo acesso a cursos que não condizem com a realidade das escolas e sem comunicação efetiva com professores especialistas em educação especial, sem saber como acolher e como estabelecer

práticas de ensino inclusivas acabam encaminhando os alunos a profissionais especializados (OLIVEIRA, LEITE, 2007; LOCKMANN, 2014; VILARONGA, MENDES, 2014.).

Contudo, em outra análise outros professores apontam que não encontram dificuldades em lidar com as particularidades do aluno que necessita de Atendimento Educacional Especializado (AEE), além de afirmar a participação ativa e colaborativa da gestão no processo de inclusão, considera-se também as práticas de ensino e aprendizagem inovadoras e de qualidade, a formação e a atuação docente como primordiais no processo de inclusão. Aqui apontam como única dificuldade a falta de apoio e participação dos pais nesse processo (ROSIN-PINOLA, DEL PRETTE, 2014; FANTACINI, DIAS, 2015).

É indispensável que o professor esteja aberto ao processo de inclusão, para atuar junto aos alunos com deficiência, despertando também a participação da família, da comunidade e de todos da escola, pois são aspectos fundamentais para a efetivação dos princípios inclusivos, a ponte que se cria entre escola e família é propícia para todos, inclusive para o aluno (SANT'ANA, 2005; NUNES, SAIA, TAVARES, 2015).

É importante considerar e compreender que os alunos com deficiência são de responsabilidade de todos os atores da escola, desde a sala de aula, do professor regular ao profissional do AEE , quanto os gestores, funcionários, alunos e famílias em prol de respostas educativas diversas para responder às necessidades pedagógicas de cada cidadão que ela forma (SANTIAGO, SANTOS, 2015; SANTIAGO, SANTOS, MELO, 2017).

Segundo autores a posição do governo sobre a inclusão, que se sustenta em um conjunto de documentos normativos, precisa ser entendida ampla e radicalmente. Contudo professores retratam dúvidas, falta de clareza e inúmeras indagações sobre a política que rege a inclusão escolar no Brasil, por esse motivo sugere-se que se aprimore mecanismos de controle das políticas para que se identifique as distorções e necessidades de aprimoramento e se organizem intervenções mais específicas onde forem constatados distanciamentos de atribuições. (MATOS, MENDES, 2015; LIMA, DORZIAT, 2015; PRIETO, PAGNEZ, GONZALEZ, 2014).

Oliveira e Souza (2011) relatam que professores e mesmo muitos gestores dizem não ter aprendido nada ou estudado pouco a legislação, confirmando que não conhecem o conjunto de documentos normativos sobre a inclusão de alunos com deficiência que precisam de AEE.

5.4.1 A família no processo inclusão escolar

Destaca-se nesta categoria a visão e participação dos pais no processo de inclusão escolar, uma vez que se apontou a falta de apoio dos mesmos, torna-se interessante voltar o olhar para a família no sentido de entender tal questão.

A percepção dos pais sobre a inclusão tem se apresentado divergente, pois a maioria dos pais apresentam que os serviços pedagógicos prestados pela escola no processo de inclusão, possibilitaram avanços na vida escolar de seus filhos, mas houveram também os que disseram que os serviços não contribuíram de nenhuma forma na vida de seus filhos (MATURANA, CIA, 2015; RIBEIRO, WOLTER, METTRAU, 2017).

Para mães e pais, o fato de o seu filho ser bem recebido em uma escola não quer dizer que os professores, gestores e atores da escola estejam preparados ou bem capacitados para atender a criança, mas também reconhecem os ganhos proporcionados pela inclusão escolar. Sugere-se então que se invista melhor tanto na família quanto na escola, para que possam, da melhor forma possível enfrentar esse processo (LUIZ et al., 2012).

O papel determinante dos pais é fornecer à escola, informações sobre as necessidades da criança e da família, bem como cada progresso do aluno, para que se colabore com as atividades de aprendizagem que ocorrem na escola, no domicílio ou na comunidade. A escola deve combinar e manter a família informada da melhor forma de coordenar seu serviço, para que assim a família se expresse e se sinta valorizada em todos estes processos. Pais e professores combinem nas opiniões de que a comunicação, uma relação de parceria e uma maior participação dos pais, são os principais fatores que podem ajudar no trabalho com a criança com deficiência (BRANDÃO, FERREIRA, 2013; CHRISTOVAM, CIA, 2013).

Esse papel determinante e o agradável relacionamento com a escola é o que determina o sucesso da inclusão escolar. Outro fator determinante é o apoio que a família espera que advenha da escola, em relação ao filho com deficiência, os pais desejam ter mais intimidade para conversar de forma clara e acessível com os profissionais que acompanham seus filhos (LUIZ et al., 2008, SILVA, MENDES, 2008).

Nota-se que tanto a escola quanto a família buscam por apoio; as duas deveriam estar andando de mãos dadas criando uma rede que beneficie tanto uma quanto a outra e principalmente a criança, assim poderiam contribuir amplamente com o êxito da inclusão escolar.

5. 5 Sintomatologia do Autismo

Em relação a sintomatologia do autismo, pesquisas destacam a tríade sintomatológica, que consiste em interação social, comunicação e comportamentos repetitivos e estereotipados (BACKES, ZANON, BOSA, 2015).

Para Camargo e Bosa (2012) a tríade sintomatológica envolve comprometimentos nas áreas de interação social, comunicação e comportamento, caracterizando impedimentos no controle emocional e a ruptura da interação social através da dimensão desorganização do self.

Giaconi e Rodrigues (2014) destacam como principais funções biopsiquícas e operativas do autismo os distúrbios de coordenação motora e psicomotora, desordens espaço-temporais, distúrbios visuais e de percepção, desorganização de reatividade e controle escasso, dificuldades de adaptação as pessoas, à ambiente, jogos, desordem de memórias, conexões lógicas e imaginação, desordens de comunicação integrada, sem continuidade, desordem fonológica e atrasos de palavras, ação autônoma e capacidade relacional, estas estão muitas vezes associadas a distúrbios ou déficits, contudo elas aparecem descoordenadas, inclinando-se ao caos, não orgânicas e descontextualizadas. ´

Para Oliveira (2009) nem sempre é fácil apontar sinais de autismo, contudo eles podem se apresentar por meio de atraso, dissociação e desvio. O atraso diz respeito às interações sociais da criança, bem como a linguagem e do jogo onde ela se apresenta um nível inferior à sua idade, a dissociação refere-se a área da linguagem e comunicação, na maioria das vezes inferior à das outras crianças e o desvio caracteriza-se pela ordem não sequencial do desenvolvimento.

5. 5.1 O entendimento do Autismo pelos pais

Diante a análise dos dados, entendeu-se que seria importante pontuar o posicionamento dos pais quanto ao autismo, mesmo se tratando de uma pequena parte dos resultados obtidos. Nessa perspectiva descreve-se a seguir como os pais entendiam o autismo, segundo um dos trabalhos analisados.

Em uma época em que o Brasil estaria iniciando os seus debates públicos sobre o Autismo, em cartas, pais contando a história de seus filhos o definiam como doença, distúrbio obscuro, grave deficiência, grave enfermidade e mal, até se chegar a síndrome do autismo, logo após ele continuou sendo descrito por pais como sintoma da esquizofrenia infantil. Salienta-se

que mesmo que houvesse divergências a respeito do entendimento do autismo, o que compartilhavam era a necessidade de voltar a atenção da sociedade para a primordialidade de ações assistenciais ao autista (LEANDRO, LOPES, 2016).

Por outro lado, na identificação do autismo, os pais observaram mudanças no desenvolvimento da criança e procuraram diferentes especialistas da medicina que forneceram a eles de forma abrangente e incompleta o diagnóstico do filho, aconselhando apenas que a APAE, poderia ajudá-los melhor (SEREGEN, FRANÇOSO, 2014).

Segundo Sprovieri e Assumpção (2001) ao receber o diagnóstico do autismo a família sofre uma ruptura de suas atividades sociais, para ela torna-se impossível reproduzir valores e normas sociais, com isso se sente frustrada e inferior frente ao meio que desvaloriza os pais e a criança. As peculiaridades do "doente" afeta não só os seus relacionamentos, mas também os relacionamentos de sua família. A presença da criança autista torna o diálogo conjugal confuso e agressivo. Por esse motivo enfatiza-se a importância de um posicionamento de aceitação da real situação, fazendo com que o medo e a incerteza passem a ser emoções comuns aos pais.

Segundo Bosa (2006) um dos principais fatores de estresse para a família ao lidarem com profissionais é o conflito que envolve o processo diagnóstico, deve-se atentar para tais contradições dentro da equipe tanto em relação ao diagnóstico quanto aos encaminhamentos para tratamento.

5.6 Autismo no contexto escolar

Nesta categoria os trabalhos evidenciaram fatores que cercam a criança autista no contexto escolar, como os professores lidam com a presença da mesma e como a criança reage às tentativas de incluí-la em escola regular.

A participação de alunos autistas em ambiente escolar ainda é problemática e se apresenta distante das metas inclusivas, uma vez que se tem acesso aos serviços de educação ofertados, mas a sua subsistência no sistema educacional de ensino é incerta. O aluno autista precisa de um processo progressivo de inclusão na escola e a progressão do atendimento educacional especializado ainda é restrito, o que pode dificultar a sua permanência na escola (GIACONI, RODRIGUES, 2014; LIMA, LAPLANE, 2016).

Segundo Cavalcante (2011) a inflexibilidade dos professores, a rigidez com o ambiente escolar e a rotina do mesmo e o perfeccionismo, são fatores negativos para a permanência do aluno na escola, já que estes alteram toda a rotina que o autista tanto preza. Orienta-se que as

atividades sejam lúdicas e de reciprocidade social, incentivando o aluno a participar das atividades coletivas e diversas.

Em autobiografias de autistas, eles demonstram o desejo de ter um lugar no ambiente escolar e o quanto é difícil para eles lutar para conquistá-lo. Estes afirmam com legitimidade que a escola necessita ter permeabilidade para escutar o saber dos autistas e permitir que eles encontrem o seu lugar, que não o da exclusão, no laço social que é estabelecido pela escola, pois possuir um lugar de aluno é importante para que o aluno autista sinta ter um lugar no mundo (BIALER, 2015).

A inclusão dessas crianças na escolar regular postula além da matrícula garantida por lei, mas um lugar de aluno, o que demanda a disposição da escola em dialogar com outras áreas de conhecimento além de repensar as suas práticas pedagógicas (SALGADO, 2012).

Segundo pesquisas professores apresentaram baixo comportamento de observar e identificar características do aluno autista, demonstra-se também a dificuldade em realizar intervenções, justificando-se ao fato de possuir mais alunos além do aluno autista (FAVORETTO, LAMÔNICA, 2014; LEMOS, SALOMÃO, AGRIPINO-RAMOS, 2014).

Ao lidarem com crianças autistas, os professores ainda se deparam com muitas dificuldades, mesmo tendo acesso aos melhores recursos eles precisam ser capacitados, pois tal especialidade requer conhecer as características do aluno, do autismo e suas possíveis causas (MONTAGNER, SANTIAGO, SOUZA, 2007).

Contudo pesquisas apontam que, um profissional pedagógico, pode não apresentar conhecimento sobre o tema inclusão, mas destaca-se que a sua afetividade e o respeito pelo aluno autista corroboraram para os avanços do aluno em sala de aula. Salienta-se que práticas como olhar nos olhos, abaixar-se à altura dele, apontar e mostrar são aspectos importantes em termos de desenvolvimento do aluno (LEMOS, SALOMÃO, AGRIPINO-RAMOS, 2014; LUZ, GOMES, LIRA, 2017).

Rocha e Cruz (2017) afirmam que a afetividade é um meio de incluir qualquer aluno em ambiente escolar, é ela quem media a aprendizagem e os relacionamentos dentro da sala de aula na busca da inclusão do aluno. Apontam também que a diferença nada mais é que a particularidade de cada um em sua pluralidade e complexidade de comportamentos.

Professores destacam a dificuldade inicial que tiveram ao atender alunos autistas, demonstrando sentimento de impotência e medo diante a experiência, contudo ressaltam a reformulação das concepções sobre o aluno autista, partindo de aspectos positivos que envolvem os êxitos alcançados pelas crianças, as possibilidades e os esforços empreendidos no

trabalho de inclusão (LEMOS, SALOMÃO, AQUINO, AGRIPINO-RAMOS, 2016; SANINI, BOSA, 2015).

Para Schimidt et al., (2016) o sentimento de impotência e frustração associados com o medo de lidar com os comportamentos do aluno, parece estar ligado ao descrédito de suas próprias habilidades para exercer práticas educacionais eficientes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho permitiu abarcar pontos importantes no que diz respeito a inclusão de crianças autistas em âmbito escolar. Os aspectos importantes apresentados compreendem a importância do estudo desse tema, considerando a escassez de publicações sobre o autismo no contexto escolar, o que dificultou uma análise mais aprofundada. Através da análise dos trabalhos evidenciaram-se fatores importantes no que concerne a visão de professores, gestores e pais sobre a inclusão escolar no Brasil.

A respeito das dificuldades encontradas pelos professores, há divergências de opiniões, pois uma grande maioria se sente capacitada e apoiada pela gestão e outra grande parte aponta a falta de formação e apoio no que tange às práticas de inclusão.

Das dificuldades apontadas, o medo, a incompetência e a frustração são os principais sentimentos apontados nas pesquisas, uma vez que os professores não se sentem devidamente capacitados para contribuir com o sucesso da inclusão escolar de crianças autistas.

A falta de apoio da família foi um dos problemas citados nos trabalhos. Compreendeu-se então a necessidade de se aprofundar mais no assunto família e escola no processo de inclusão escolar. Sugere-se que haja mais estudos sobre este processo de inclusão, pois escola e família precisam andar juntos na construção do desenvolvimento escolar do aluno se fortalecendo, uma vez que ambos encontram dificuldades frente ao diagnóstico do autismo.

A escassez de profissionais especializados do Atendimento Educacional Especializado, também é um tema abordado nas publicações. A presença desses profissionais poderia dar maior apoio aqueles que não tem acesso às capacitações e materiais de especialização na área de educação especial.

Como foi citado anteriormente em relação às normas que regem a inclusão escolar no Brasil, gestores e professores não parecem compreendê-las e terem tido qualquer tipo de contato com as mesmas.

Outro tema que aparece interligado às normas é a afetividade como forma de incluir. Professores justificam não as conhecerem, mas dão carinho e atenção como forma de compensar, o que não parece ser prejudicial ao desenvolvimento do aluno.

Nos trabalhos publicados sugere-se a importância da reorganização do espaço físico escolar. No entanto, vale ressaltar que este seria apenas um dos passos no caminho desta inclusão. Não basta apenas mudar todo um ambiente para acolher a criança, é preciso, sobretudo

no caso da criança autista, pensar em sua subjetividade, a forma como ela recebe os aspectos metodológicos e como interage com os outros alunos e com o ambiente ao qual está inserido.

Este trabalho trouxe profunda reflexão sobre o que é na verdade incluir. Nos deparamos com muitas formas metodológicas de fazê-la. Nos deparamos também com professores trabalhando com empenho, da forma como podem e com o pouco de saber que possuem sobre o tema para que o aluno com deficiência seja incluído.

Esta pesquisa veio confirmar a hipótese levantada sobre a dificuldade que permeia a inclusão da criança autista no contexto escolar, em vários aspectos como principalmente: de reorganizar espaço e método, de dominar normas e leis, de receber apoio e de ter acesso à capacitação. Por outro lado, existem estudos que mostram que não existem dificuldades no processo de inclusão escolar.

Como já mencionado durante o trabalho, a escola é onde a criança constrói seus significantes. É onde ela recebe também as suas primeiras experiências de interação social. São os professores e gestores dessa escola que podem ajudá-la nesta construção, pois estes profissionais que buscam formar outros profissionais e que se dedicam nesta construção, mas por vezes se encontram desmotivados frente à estas dificuldades e a falta de apoio em relação às especializações na área da inclusão.

Os resultados de trabalhos recentes, em um intervalo de cinco anos, e pontuações feitas durante a pesquisa, nos levam a um mesmo sentido, de que ainda muito precisa ser feito na área da Educação no Brasil. Faz-se necessário investir em capacitações para os professores quanto ao planejamento e reorganização das práticas metodológicas, sugerindo formas dinâmicas de ensinar e incluir.

Nota-se a urgência da presença da Psicologia neste ambiente escolar, para auxiliar não só aos alunos, mas também aos professores, à gestão e a família, quanto à inclusão e outros assuntos que concernem à esta prática, aperfeiçoando o método de escolarização da criança com deficiência, especialmente ao da criança autista.

Novos estudos poderão contribuir cada vez mais para que a criança autista possa se desenvolver dentro das suas significações e do seu tempo, e assim poder encontrar o seu lugar no ambiente escolar e consequentemente seu lugar de cidadão no mundo.

REFERÊNCIAS

AGRIPINO-RAMOS, C. S.; SALOMAO, N. M. R. Autismo e Síndrome de Down: concepções de profissionais de diferentes áreas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, vol.19, n.1, pp.103-114, 2014.

ALVES, D. O.; BARBOSA, K. A. M. Experiências Educacionais Inclusivas: refletindo sobre o cotidiano escolar. In: BRASIL. **Experiências educacionais inclusivas**: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006.

AMARAL, V. A. A. S.; NUNES, M. M.; HONJO, R. S.; DUTRA, R. L.; ASSUMPÇÃO, F. B.; KIM, C. A. Estresse em crianças e adolescentes com Síndrome de Williams-Beuren em idade escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, vol.17, n.1, p.105-112, 2013.

AMATO, C. A. L. H.; SANTOS, T. H. F.; BARBOSA, M. R. P.; FERNANDES, F. D. Estudo longitudinal da terapia de linguagem de 142 crianças e adolescentes com distúrbios do espectro do autismo. **CoDAS**, São Paulo, vol.25, n.4, p. 388-390, 2013.

AMERICAN, P. A. **Manual diagnóstico e estatístico de transtorno4 DSM-4**. Artes Médicas. Porto Alegre, 1994.

_____. **Manual diagnóstico e estatístico de transtorno5 DSM-5**. Artes Médicas. Porto Alegre, 2013.

ANDRADE, A. A.; CAMARGOS JUNIOR, W.; OHNO, P. M.; TEODORO, M. L. M. Teoria da Mente em Pais de Pessoas com Autismo: Uma Análise Comparativa. **Psicologia:** Reflexão e Crítica, Porto Alegre, vol.28, n.4, p. 789-795, 2016.

ANJOS. P, H. Pesquisa-formação e história de vida: entretecendo possibilidades em educação inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 62, p. 619-633, 2015.

ARAÚJO, A. A. R. A.; FURTADO, R. A. L.; SANTOS, P. F. S. A Noção de Duplo e sua Importância na Discussão do Autismo. **Ágora**, Rio de Janeiro, vol. XX, n. 2, p. 357-370, 2017.

ASPILICUETA, P.; LEITE, C. D; ROSA, E. C. M.; CRUZ, G. C. A questão linguística na inclusão escolar de alunos surdos: ambiente regular inclusivo *versus* ambiente exclusivamente ouvinte. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol.19, n.3, p. 395-410, 2013.

ASSALI, A.M.; AMÂNCIO, V. O Saber e o não saber – do crer ao criar. In: COLLI, F.A.G.; KUPFER, M.C.M. **Travessias inclusão escolar**: a experiência do grupo ponte pré-escola terapêutica Lugar de Vida. Casa do Psicólogo. São Paulo, 2005, p. 76-86.

AYDOS, V. Agência e subjetivação na gestão de pessoas com deficiência: a inclusão no mercado de trabalho de um jovem diagnosticado com autismo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, vol.22, n.46, p. 329-358, 2016.

BACKES, B.; ZANON, B. R.; BOSA, A. C. Características Sintomatológicas de Crianças com Autismo e Regressão da Linguagem Oral. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Rio Grande do Sul, vol.33, 2015.

BACKES, B.; ZANON, R. B.; BOSA, C. A. A relação entre regressão da linguagem e desenvolvimento sociocomunicativo de crianças com transtorno do espectro do autismo. **CoDAS**, São Paulo, vol.25, n.3, p.268-273, 2013.

BAGAROLLO, M. F.; RIBEIRO, V. V.; PANHOCA, I. O Brincar de uma criança autista sob a Ótica da perspectiva histórico-cultural. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol.19, n.1, 2013.

BANDEIRA, S. C.; MARTINS, M. I. Família na Escola. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2015.

BARBOSA, M. R. P.; FERNANDES, F. D. M. Comparing the results of DAADD and ABC of children included in Autism Spectrum Disorders. **CoDAS**, São Paulo, vol.26, n.3, p. 208-212, 2014.

BARTHILO, L.T.; COSTA. M. Padrões de Segregação Escolar no Brasil: um Estudo Comparativo Entre Capitais do País. **Educação Social**, Campinas, vol. 35, n. 129, p. 1183-1203, 2014.

BENITEZ, P.; DOMENICONI, C. Capacitação de agentes educacionais: proposta de desenvolvimento de estratégias inclusivas. **Revista Brasileira de Educação Especial, Marília,** v. 20, p. 371-386, 2014.

BEZERRA, F. G. A inclusão escolar de alunos com deficiência: uma leitura baseada em Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 69, p. 475-497, 2017.

BEZERRA, F. G. ARAÚJO, C. A. D. Em Busca Da Flor Viva: Para Uma Crítica Ao Ideário Inclusivista Em Educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 34, n. 123, p. 573-588, 2013.

_____. Novas (re) configurações no Ministério da Educação: entre o fio de Ariadne e a mortalha de Penélope. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Mato Grosso do Sul, vol. 19, n. 56, p. 101-122, 2014.

BHERING, E. Percepções de Pais e Professores Sobre o Envolvimento dos Pais na Educação Infantil e Ensino Fundamental. **Contrapontos,** Itajaí, vol. 3, n. 3, p. 483-510, 2003.

BHERING, E.; SIRAJ-BLATCHFORD, I. A relação escola-pais: um modelo de trocas e colaboração. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.106, p. 191-216, 1999.

BIALER, M. A inclusão escolar nas autobiografias de autistas. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, vol. 19, n. 3, p. 485-492, São Paulo, 2015.

BIALER, M. A Lógica Do Autismo: uma Análise Através da Autobiografia de um Autista. **Psicologia em Estudo**. Maringá, vol.19, n. 4, p. 645-655, 2014.

BORSA, J. C; PETRUCCI, G. W.; KOLLER, S. H. A participação dos pais nas pesquisas sobre o bullying escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, vol.19, n.1, p. 41-48 2015.

BOSA, C. A. Autismo: intervenções psicoeducacionais. **Revista Brasileira de Psiquiatria.** São Paulo, vol. 28, p. s47-s53, 2006.

BRANDÃO, T. M.; FERREIRA, M. Inclusão de crianças com necessidades educativas especiais na educação infantil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol.19, n.4, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008.

_____. Decreto nº 6,949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo**. Nova York, 2007.

_____. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão**: caderno do coordenador e do formador. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

_____. Recomendações para a construção de escolas inclusivas. **Secretaria de Educação Especial**. Brasília, 2005.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial. SEESP, Brasília, 2001a.

_____. Decreto nº3.956, de 8 de outubro de 2001. **Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.** Guatemala, 2001b.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRIDI, F. R. S.; FORTES, C. C.; FILHO, C. A. B. Educação e Autismo: as sutilezas e as possibilidades do processo inclusivo. In.: **Experiências educacionais inclusivas**: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade / Organizadora, Berenice Weissheimer Roth. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, p. 63-69, 2006.

BRIDI, S. R. F.; MEIRELLES, B. C. M. Atos de Ler a Educação Especial na Educação Infantil: reordenações políticas e os serviços educacionais especializados. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, vol. 39, n. 3, p. 745-769, 2014.

BRUNO, M. M. G.; COELHO, L. L. Discursos e Práticas na Inclusão de Índios Surdos em Escolas Diferenciadas Indígenas. **Educação e Realidade**, Rio Grande do Sul, vol. 41, n. 3, p.681-693, 2016.

BRUNO, M. M. G.; LIMA, J. M. S. As Formas de Comunicação e de Inclusão da Criança Kaiowá Surda na Família e na Escola: um Estudo Etnográfico. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol. 21, n.1, p.127-142, 2015.

CAMARGO, H. P. S.; BOSA, A. C. Competência social, inclusão escolar e autismo: um estudo de caso comparativo. **Psicologia:** Teoria e Pesquisa, Brasília, vol.28, n.3, p.315-324, 2012.

CAMPOS, L. K.; FERNANDES, F. D. M. Perfil escolar e as habilidades cognitivas e de linguagem de crianças e adolescentes do espectro do autismo. **CoDAS**, São Paulo, vol. 28, n. 3, p. 234-243, 2016.

CARVALHO, C. T. Inclusão Escolar e os Desafios para a Formação de Professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol. 22, n. 2, p. 315-318, 2016.

CAVALCANTE, C. S. R. Colaboração entre pais e escola: educação abrangente. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, vol. 2, n. 2, p.153-160, 1998.

CAVALCANTE. V. C. Atendimento Educacional Especializado: uma nova proposta de educação inclusiva. **Polyphonía**, Goiás, 2011.

CAVALCANTI, A. E.; ROCHA, P. S. **Autismo: construções e desconstruções**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

CEZAR, P. K.; SMEHA, L. N. Repercussões do autismo no subsistema fraterno na perspectiva de irmãos adultos. **Estudos Psicológicos**, Campinas, vol. 33, n.1, 2016.

CHRISTOFARI, A. C.; FREITAS, C. R.; BAPTISTA, C. R. Medicalização dos Modos de Ser e de Aprender. **Educação e Realidade,** Porto Alegre, vol. 40, n. 4, p.1079-1102, 2015.

CHRISTOVAM, C. C. A.; CIA, F. O envolvimento parental na visão de Pais e professores de alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol.19, n.4, p.563-581, 2013.

COELHO, M. M. C. C.; MAURÍCIO, L. V. Sobre Tempo e Conhecimentos Praticados na Escola de Tempo Integral. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, vol. 41, n. 4, p. 1095-1112, 2016.

COUTINHO, S. K.; RODRIGUES, F. G.; PASSERINO, M. L. O Trabalho de Colaboradores com Deficiência nas Empresas: com a Voz os Gestores de Recursos Humanos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol. 23, n. 2, p.261-278, 2017.

CRUZ, G. C.; GLAT, R. Educação inclusiva: desafio, descuido e responsabilidade de cursos de licenciatura. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 52, p. 257-273, 2014.

CUNHA, P.; MATA, O. M. Rompendo Paradigmas na Gestão Escolar. In: BRASIL. **Experiências educacionais inclusivas**: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, Brasília, 2006.

DEMO, P. (1941). **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

DOMINGUES, S.; MELO, C.; MAGALHÃES, C.; FIGUEIROA, A.; CARRILHO, I.; TEMUDO, T. Marcha em pontas idiopática em idade pediátrica. **Nascer e Crescer**, Porto, vol. 25, n. 1, p. 28-34, 2016.

ECHALAR, F. L. D. A.; PEIXOTO, J. Inclusão excludente e utopia digital: a formação docente no Programa Um Computador por Aluno. **Educar em revista**, Curitiba, n. 61, p.205-222, 2016.

_____. Programa Um Computador por Aluno: o acesso às tecnologias digitais como estratégia para a redução das desigualdades sociais. **Ensaio**: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, vol. 25, n. 95, 2017.

EMÍLIO, S. A. Laços, amarras e nós no processo de inclusão. In: Conselho Federal de Psicologia. **Educação Inclusiva**: Experiências Profissionais em Psicologia, Brasília, n. 1, p. 97 – 109, 2009.

ENDRES, R. G.; LAMPERT, S. S.; SCHUCH, J. B.; ROMAN, T.; BOSA, C. A. O Fenótipo Ampliado do Autismo em genitores de crianças com Transtorno do Espectro Autista – TEA. **Psicologia:** Teoria e Pesquisa. Brasília, vol. 31, n. 3, p. 285-292, 2015.

FANTACINI, F. A. R.; DIAS, S. R. T. Professores do Atendimento Educacional Especializado e a organização do ensino para o aluno com deficiência intelectual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol.21, n.1, p.57-74, 2015.

FAVORETTO, C. N.; LAMÔNICA, C. A. D. Conhecimentos e necessidades dos Professores em relação aos Transtornos do Espectro Autístico. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol. 20, n. 1, p. 103-116, 2014.

FERNANDES, F. D. M.; AMATO, C. A. L. H. Análise de Comportamento Aplicada e Distúrbios do Espectro do Autismo: revisão de literatura. **CoDAS**, São Paulo, vol. 25, n. 3, p. 289-296, 2013.

FERNANDES, R. C. A.; OLIVEIRA, L. S. C. M.; ALMEIDA, S. L. Inclusão de estudantes com deficiências na universidade: Estudo em uma universidade portuguesa. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, vol. 20, n. 3, 2016.

FERNANDES, W. L.; COSTA, C. S. L. Possibilidades da Tutoria de Pares para Estudantes com Deficiência Visual no Ensino Técnico e Superior. **Revista Brasileira de Educação Especial,** Marília, vol. 21, n.1, p. 39-56, 2015.

FERREIRA, C.; BEVILACQUA, M.; ISHIHARA, M.; FIORI, A.; ARMONIA, A.; PERISSINOTO, J.; TAMANAHA, A. C. Seleção de vocábulos para implementação do *Picture Exchange Communication System* – PECS em autistas não verbais. **CoDAS**, São Paulo, 2017.

FERREIRA, M. I. C. Educadores e a implementação de diretrizes contra desigualdades: o caso do ProJovem Urbano. **Educação e Pesquisa.** São Paulo, vol. 39, n. 1, p.161-175, 2013.

FILHO, B. F. J.; CUNHA, P. **Transtornos Globais de Desenvolvimento**. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. Brasília, 2010.

FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a formação do professor. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol. 20, n. 3, p.387-404, 2014.

_____. Dificuldades e Sucessos de Professores de Educação Física em Relação à Inclusão Escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, São Paulo, vol. 22, n.1, p.49-64, 2016.

FLORES, M. R.; SMEHA, L. N. Bebês com risco de autismo: o não-olhar do médico. **Ágora**, Rio de Janeiro, vol. 16, p. 141-157, 2013.

FREITAS, L. C.; DEL PRETTE, Z. A. P. Categorias de necessidades educacionais especiais enquanto preditoras de déficits em habilidades sociais na infância. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, vol. 27, n. 4. p.658-669, 2014.

GAUY, F. V. Crianças e adolescentes com problemas emocionais e comportamentais têm necessidade de políticas de inclusão escolar?. **Educação em Revista**, Curitiba, n. 59, p.79-95, 2016.

GAVIOLI, C.; RANOYA, F.; ABBAMONTE, R. A prática do acompanhamento educacional na inclusão escolar: do acompanhamento do aluno ao acompanhamento da escola. In: III Colóquio do LEPSI. **Psicanálise, infância, educação**. São Paulo: LEPSI, Instituto de Psicologia da USP, Lugar de Vida, p. 171-176, 2002.

GIACONI, C.; RODRIGUES, B. M. Organização do Espaço e do Tempo na Inclusão de Sujeitos com Autismo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, vol.39, n.3, p.687-705, 2014.

GIL, C. A. (1946). **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, C. G. S.; SOUZA, D. G. Ensino de Sílabas Simples, Leitura Combinatória e Leitura com Compreensão para Aprendizes com Autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol. 22, n. 2, p. 233-252, 2016.

GOMES, C. R.; NUNES, P. R. D. Interações comunicativas entre uma professora e um aluno com autismo na escola comum: uma proposta de intervenção. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol. 40, n. 1, p. 143-161, 2014.

GONÇALVES, W.; GONÇALVES, F. M. V.; FIRME, P. L. Formação e capacitação de docentes para atuar com alunos com deficiência auditiva: um estudo no Instituto Federal do Espírito Santo – IFES. **Ensaio**: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Espírito Santo, vol. 24, n. 93, p.866-889, 2016.

GRACIOLI, S. M. A.; LINHARES, M. B. M. Temperamento e sua relação com problemas emocionais e de comportamento em pré-escolares. **Psicologia em Estudo**, Maringá, vol.19, n. 1, p. 71-80, 2014.

GREGORUTTI, C. C.; ZAFINI, D. M.; OMOTE, S.; BALEOTTI, R. L. A Tarefa de Casa na Inclusão Escolar: Alunos com Deficiência Física. **Revista Brasileira de Educação Especial**, São Paulo, vol. 23, n. 2, p.233-244, 2017.

GUEDES, N. P. S.; TADA, I. N. C. A Produção Científica Brasileira sobre Autismo na Psicologia e na Educação. **Psicologia:** Teoria e Pesquisa. Brasília, vol. 31, n. 3, p. 303-309, 2015.

HAAS, C.; GONCALVES, T. G. G. L. Em Tempos De Democratização Do Direito À Educação: como têm se Delineado as Políticas de Acesso à EJA aos Estudantes com Deficiência no Rio Grande do Sul?. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Rio Grande do Sul, vol. 21, n. 4, p.443-458, 2015.

KASSAR, M. C. M. Escola Como Espaço para a Diversidade e o Desenvolvimento Humano. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 37, n. 137, p. 1223-1240, 2016.

KUARK, F.; MANHÃES, C. F., MEDEIROS, H. C. **Metodologia da pesquisa**: guia prático. Via Litterarum. Itabuna, 2010.

KUPFER, M. C. M. Inclusão social: a igualdade e a diferença vistas pela psicanálise. In: COLLI, F. A. G.; KUPFER, M. C. M. **Travessias inclusão escolar**: a experiência do grupo ponte pré-escola terapêutica Lugar de Vida. Casa do Psicólogo. São Paulo, p. 17-28, 2005.

_____. **Educação para o futuro**: Psicanálise e
Educação. São Paulo: Escuta, 2001.

KUPFER, M. C. M.; VOLTOLINI, R. Tratar e educar o autismo: cenário político atual – entrevista com Pierre Delion. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol. 43, n. 3, p. 915-930, 2017.

LEANDRO, A. J.; LOPES, A. B. Cartas de mães e pais de autistas ao Jornal do Brasil na década de 1980. **Interface comunicação, saúde e educação**, Ponta Grossa, 2016.

LEMOS, D. M. L. E.; SALOMÃO, R. M. N.; AGRIPINO-RAMOS, S. C. Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre Interações sociais no contexto escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 1, p. 117-130, 2014.

LEMOS, D. M. L. E.; SALOMÃO, R. M. N.; AQUINO, B. S. D.; AGRIPINO-RAMOS, S. C. Concepções de pais e professores sobre a inclusão de crianças autistas. **Fractal: Revista de Psicologia**. João Pessoa, vol.28, n.3, p.351-361, 2016.

LHEUREUX-DAVIDSE, C. Autismo e Vícios. **Ágora**. Rio de Janeiro. vol. 18, n. 1, 2015.

LIBÓRIO, R. M. C.; CASTRO, B. M.; FERRO, E. G.; SOUZA, M. T. S. Resiliência e Processos Protetivos de Adolescentes com Deficiência Física e Surdez Incluídos em Escolas Regulares. **Revista Brasileira de Educação Especial,** Marília, vol. 21, n. 2, p. 185-198, 2015.

LIMA, A.; MARQUES, A. P. S.; LOBATO, G. C. Inclusão no ensino superior: uma proposta de ação em Psicologia Escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, vol. 20, n.1, p.175-177, 2016.

LIMA, G. L. A.; GIL, L. N. Sistemas de pensamento na educação e políticas de inclusão (e exclusão) escolar: entrevista com Thomas S. Popkewitz. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol. 42, n. 4, p. 1125-1151, 2016.

LIMA, M. S.; LAPLANE, F. L. A. Escolarização de alunos com autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol.22, n.2, p.269-284, 2016.

LIMA, R. C.; COUTO, M. C. V.; SOLIS, F. P.; OLIVEIRA, B. D. C.; DELGADO, P. G. G. Atenção psicossocial a crianças e adolescentes com autismo nos CAPSi da região metropolitana do Rio de Janeiro. **Saúde e Sociedade**, São Paulo**,** vol. 26, n. 1, p. 196-207, 2017.

LOCKMANN, K. As práticas de in/exclusão na escola e a redefinição do conhecimento escolar: implicações contemporâneas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 54, p. 275-292, 2014.

LOURENCO, C. C. V.; ESTEVES, M. D. L.; CORREDEIRA, R. M. N.; SEABRA, A. F. T. Avaliação dos Efeitos de Programas de Intervenção de Atividade Física em Indivíduos com Transtorno do Espectro do Autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial,** Marília, vol. 21, n. 2, p .319-328, 2015.

LOURENCO, C. C. V.; ESTEVES, M. D. L.; CORREDEIRA, R. M. N.; TEIXEIRA E SEABRA, A. F. A Eficácia de um Programa de Treino de Trampolins na Proficiência Motora de Crianças com Transtorno do Espectro do Autismo**. Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol. 22, n. 1, p. 39-48, 2016.

LUCISANO, R. V.; NOVAES, L. C; SPOSITO, A. M. P.; PFEIFER, L. I. Avaliação do Brincar de Faz de Conta de Pré-Escolares: Revisão Integrativa da Literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol. 23, n. 2, p.309-322, 2017.

LUIZ, R. M. F.; BORTOLI, S. P.; FLORIA-SANTOS, M. NASCIMENTO, C. L. A inclusão da criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol.14, n.3, p.497-508, 2008.

LUIZ, R. M. F.; PFEIFER, I. L.; SIGOLO, L. R. R. S.; NASCIMENTO, C. L. Inclusão de crianças com Síndrome de DOWN. **Psicologia em Estudo**, Maringá, vol. 17, n. 4, p.497-508, 2012.

LUZ, S. H. M.; GOMES, A. C.; LIRA, A. Narrativas sobre a inclusão de uma criança autista: desafios à prática docente. **Educação Vol. XXVI**, Brasília, Vol. XXVI, n. 50, p. 123-142, 2017.

MACHADO, F. P.; PALLADINO, R. R. R.; CUNHA, M. C. Adaptation of the Child Development Clinical Risk Indicators instrument to retrospective parent report. **CoDAS**, São Paulo, vol. 26, n. 2, p.138-147, 2014.

MACIEL, M. R. C. Portadores de deficiência a questão da inclusão social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, vol. 14, n. 2, p.51-56, 2000.

MAHL, E.; MUNSTER, M. A. V. Análise das Dissertações e Teses do PPGEES/UFSCar na Interface Educação Física e Educação Especial. **Revista Brasileira de Educação Especial.** Marília, vol. 21, n. 2, p. 299-318, 2015.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer?. São Paulo : Moderna , 2003.

_____. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G. **Inclusão Escolar**. São Paulo, 2006, p. 15-29.

MARCHESI, A. Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação**: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2. ed. Artmed. Porto Alegre, vol. 3, 2004.

MARCON, N. A.; PRUDENCIO, V. E. L.; GESSER, M. Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo. vol. 20, n. 2, p.291-302, 2016.

MARQUES, D. F.; BOSA, C. A. Protocolo de Avaliação de Crianças com Autismo: Evidências de Validade de Critério. **Psicologia:** Teoria e Pesquisa, Rio Grande do Sul, vol. 31, n. 1, p. 43-51, 2015.

MARQUES, H. C. R.; BARROCO, S. M. S.; SILVA, T. S. A. O ensino da língua Brasileira de sinais na educação infantil para crianças ouvintes e surdas: considerações com base na psicologia histórico-cultural. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol. 19, n. 4, p.503-517, 2013.

MARTINS, L. Z.; FERNANDES, F. D. M. Short-term speech-language intervention for children with disorders of the autism spectrum. **CoDAS**, São Paulo, vol. 25, n. 6, p.542-547 2013.

MATOS, N. S.; MENDES, G. E. Demandas de Professores Decorrentes da Inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol.21, n.1, p.9-22, 2015.

MATURANA, P. P. A.; CIA, F. Educação Especial e a Relação Família - Escola: Análise da produção científica de teses e dissertações. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, 2015, vol.19, n.2, p.349-358.

MELLO, A. M. S. R. **Autismo : guia prático**. 4. ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2005.

MELO, F. R. L. V.; PEREIRA, A. P. M. Inclusão escolar do aluno com deficiência física: visão dos professores acerca da colaboração do fisioterapeuta. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol. 19, n. 1, p.93-106, 2013.

MENDES, G. E.; ALMEIDA, A. M.; TOYODA, Y. C. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular. **Educar em Revista**, Curitiba, n.41, p.80-93, 2011.

MIILHER, L. P.; FERNANDES, F. D. M. Considerando a responsividade: uma proposta de análise pragmática no espectro do autismo. **CoDAS**, São Paulo, vol. 25, n. 1, p.70-75, 2013.

MISQUIATTI, A. R. N.; BRITO, M. C.; OLIVATI, A. G.; SANTOS, T. R.; FERNANDES, F. D. M. Sociocognitive performance in autism spectrum disorders and interference of the therapeutic environment. **CoDAS**, São Paulo, vol. 26, n. 5, p.402-406, 2014.

MIZAEL, T. M.; AIELLO, A. L. R. Revisão de estudos sobre o Picture Exchange Communication System (PECS) para o ensino de linguagem a indivíduos com autismo e outras dificuldades de fala. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol. 19, n. 4, p. 623-636, 2013.

MONTAGNER, J.; SANTIAGO, E.; SOUZA, G. G. M. Dificuldades de interação dos profissionais com as crianças autistas de uma instituição educacional de autismo. **Arq. Ciência e Saúde**, São José do Rio Preto, 2007.

MONTELLANO, C. P.; NERO, C. T.; SERENO, D.; GARFUNKEL, J. L.; VICENTIN, M. C. G.; ALMEIDA, M. N.C.; NAVARRO, N. C. Construindo modos de ação na interface saúde-educação. In: Conselho Federal de Psicologia. **Educação Inclusiva**: Experiências Profissionais em Psicologia, Brasília, n. 1, p. 53-67, 2009.

MORGADO, R. F. F.; CASTRO, R. M.; FERREIRA, C. E. M.; OLIVEIRA, J. A.; PEREIRA, G. J.; SANTOS, H. J. Representações Sociais sobre a Deficiência: Perspectivas de Alunos de Educação Física Escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol. 23, n. 2, p.245-260, 2017.

NACIF, M. F. P.; FIGUEIREDO, D. H.; NEVES, C. M.; MEIRELES, J. F. F.; FIGUEIREDO, D. H.; PEDRETTI, A.; PEDRETTI, A.; FERREIRA, M. E. C. Educação Física Escolar: Percepções do Aluno com Deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol. 22, n. 1, p.111-124, 2016.

NASCIMENTO, P. S; ZANON, R. B.; BOSA, C. A.; NOBRE, J. P. S.; FREITAS JÚNIOR, A. D.; SILVA, S. S. C. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol. 21, n.1, p. 93-110, 2015.

NASSAR, R. H. R. INCLUSÃO AO CONTRÁRIO. In: Conselho Federal de Psicologia. **Educação Inclusiva**: Experiências Profissionais em Psicologia, Brasília, n. 1, p. 111-130, 2009.

NEUBAUER, M. A.; FERNANDES, F. D. M. Functional Communication Profile and speech-language diagnosis in children of the autism spectrum: checklist use. **CoDAS**, São Paulo, vol. 25, n. 6, p.605-609, 2013.

NEVES, A. J.; ANTONELLI, C. S.; SILVA, M. G. C.; CAPELLINI, V. L. M. F. Escolarização formal e dimensões curriculares para alunos com autismo: o estado da arte da produção acadêmica brasileira. **Educar em Revista**, Belo Horizonte, vol. 30, n. 2, p. 43-70, 2014.

NUNES, D. R. P.; SANTOS, L. B. Mesclando práticas em Comunicação Alternativa: caso de uma criança com autismo. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, vol. 19, n.1, p.59-69, 2015.

NUNES, D. R. P.; WALTER, E. C. Processos de Leitura em Educandos com Autismo: um Estudo de Revisão. **Revista Brasileira de Educação Especial,** Marília, vol. 22, n. 4, p. 619-632, 2016.

NUNES, F.; ORTEGA, F. Ativismo político de pais de autistas no Rio de Janeiro: reflexões sobre o "direito ao tratamento". **Saúde e Sociedade**, São Paulo, vol. 25, n. 4, p. 964-975, 2016.

NUNES, S. S.; SAIA, L. A.; TAVARES, E. R. Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família. **Psicologia:** ciência e profissão. Brasília, vol.35, n.4, p.1106-1119, 2015.

OLIVA, D. V. Raízes sociais e psicodinâmicas do preconceito e suas implicações na educação inclusiva. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, vol. 20, n. 2, p.349-356, 2016.

OLIVEIRA, D. P.; SILVA, D. L.; CAVALCANTE, R. L. A. Práticas docentes criativas e histórias de formação: um estudo de caso. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo. vol. 19, n. 1, p.127-134, 2015.

OLIVEIRA, G. Autismo: diagnóstico e orientação Parte I - Vigilância, rastreio e orientação nos cuidados primários de saúde. **Acta Pediátrica Portuguesa,** Coimbra, vol. 40, n. 6. p.87-278 2009.

OLIVEIRA, M. A. M.; SOUZA, F. S. Políticas para a inclusão: estudo realizado em uma Escola Estadual de Belo Horizonte. **Educar em revista**, Curitiba, n.42, p.245-261, 2011.

OLIVEIRA, S. A. A.; LEITE, P. L. Construção de um sistema educacional inclusivo: um desafio político-pedagógico. **Ensaio:** avaliação de políticas públicas educacionais. Rio de Janeiro, vol. 15, n. 57, p. 511-524, 2007.

OLIVEIRA, W. D.; BENITE, A. M. C. Aulas de ciências para surdos: estudos sobre a produção do discurso de intérpretes de LIBRAS e professores de ciências. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 21, n. 2, p. 457-472, 2015.

ORTEGA, F.; ZORZANELLI, R.; MEIERHOFFER, L. K.; ROSÁRIO, C. A.; ALMEIDA, C. F.; ANDRADA, B. F. C. C.; CHAGAS, B. S.; FELDMAN, C. A construção do diagnóstico do autismo em uma rede social virtual brasileira, **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**. Botucatu, vol. 17 n. 44, p.119-32, 2013.

PAGNI, A. P. A emergência do discurso da inclusão escolar na biopolítica: uma problematização em busca de um olhar mais radical. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 68, p.255-272, 2017.

_____. Outros olhares sobre a inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol. 23, n.1, p. 161-162, 2017.

PASQUALE, G. D.; MASELLI, M. Pessoas com deficiência e escola: principais mudanças na experiência italiana. **Educação e Realidade,** Porto Alegre, vol. 39, n. 3, p.707-724, 2014.

PASSERINO, M. L.; PEREIRA, C. C. A. Educação, Inclusão e Trabalho: um debate necessário. **Educação e Realidade,** Porto Alegre, vol. 39, n. 3, p. 831-846, 2014.

PEREZ, A. C. M. Infância e Escolarização: Discutindo a Relação Família, Escola e as Especificidades da Infância na Escola. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, vol. 8, n. 12, p. 11-25, 2012.

PESSANHA, M.; COZENDEY, S.; ROCHA, D. M. O compartilhamento de significado na aula de Física e a atuação do interlocutor de Língua Brasileira de Sinais. **Ciência e Educação**, Bauru, vol. 21, n. 2, p. 435-456, 2015.

PIRES, L. **Do Silêncio ao Eco**: Autismo e Clínica Psicanalítica. Fapesp. São Paulo, 2007.

PIETRO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais; um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: MANTOAN, M. T. E.; PIETRO, R. G.; ARANTES, V. A. (Orgs.). **Inclusão Escolar:** pontos e contrapontos. São Paulo : Summus, 2006. p. 31-73.

POLONIA, C. A.; DESSEN, A. M. Em Busca de uma Compreensão das Relações Entre Família e Escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, Brasília, vol. 9, n. 2, p. 303-312, 2005.

PRIETO, G. R.; PAGNEZ, M. M. S. K.; GONZALEZ, K. R. Educação especial e inclusão escolar: tramas de uma política em implantação. **Educação e Realidade.** Porto Alegre, vol.39, n.3, p.725-743, 2014.

QUINET, A. **Psicose e laço social:** esquizofrenia, paranoia e melancolia. Jorge Zahar, 2º Ed., Rio de Janeiro, 2009.

RAHME, M. M. F. Inclusão e internacionalização dos direitos à educação: as experiências brasileira, norte-americana e italiana. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, vol. 39, n. 1, p.95-110, 2013.

REIS, H. I. S.; PEREIRA, A. P. S.; ALMEIDA, L. S. Características e Especificidades da Comunicação Social na Perturbação do Espectro do Autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial,** Marília, vol. 22, n. 3, p. 325-336, 2016.

_____. Construção e validação de um instrumento de avaliação do perfil desenvolvimental de crianças com Perturbação do Espectro do Autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol. 19, n. 2, p. 183-194, 2013.

RESENDE, A. A. C.; LACERDA, C. B. F. Mapeamento de alunos surdos matriculados na rede de ensino pública de um município de médio porte do Estado de São Paulo: dissonâncias. **Revista Brasileira de Educação Especial,** Marília, vol. 19, n. 3, p. 411-424, 2013.

RIBEIRO, I. M. C. L.; WOLTER, R. M. C. P.; METTRAU, M. B. Pensamento social e educação: concepção de escola e avaliação da inclusão por parte de mães de alunos deficientes de São Gonçalo. **Educação e Sociedade,** Campinas, vol. 38, n. 138, p.63-80, 2017.

RIBEIRO, I. P.; FREITAS, M.; OLÍVIA-TELES, N. As Perturbações do Espectro do Autismo: Avanços da Biologia Molecular. **Nascer e Crescer**, Porto, vol. 22. n. 1, p. 19-24, 2013.

RIBEIRO, T. Máquina de educar, máquina de prevenir: o modelo escolar ocidental e a emergência da prevenção às drogas na educação. **Educação e Sociedade,** Campinas, vol. 34, n. 123, p.441-455, 2013.

RIOS, C.; ORTEGA, F.; ZORZANELI, R.; NASCIMENTO, L. F. Da invisibilidade à epidemia: a construção narrativa do autismo na mídia impressa brasileira**. Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, vol. 19, n. 53, p.325-336, 2015.

ROCHA, C. S.; CRUZ, P. L. C. A afetividade no contexto escolar inclusivo. **1º Seminário luso-brasileiro de educação inclusiva:** o ensino e a aprendizagem em discussão. Rio Grande do Sul, 2017.

RODULFO, R. **O Brincar e o Significante**: um estudo psicanalítico sobre a constituição precoce. Artes Médicas. Porto Alegre, 1990.

ROPOLI, E. A.; MANTOAN, M.T.E.; SANTOS, M. T. C. T.; MACHADO, R. **A Escola Comum Inclusiva**, Ministério da Educação, Secretaria de Educação. Brasília, 2010.

ROSIN-PINOLA, R. A.; DEL PRETTE, P. A. Z. Inclusão Escolar, Formação de Professores e a Assessoria Baseada em Habilidades Sociais Educativas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol.20, n.3, p.341-356, 2014.

ROUDINESCO, E.; PLON, M., 1944. **Dicionário de Psicanálise**. Zahar. Rio de Janeiro, 1998.

RUSSO, K.; PALADINO, M. A lei n. 11.645 e a visão dos professores do Rio de Janeiro sobre a temática indígena na escola. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, vol. 21 n. 67, p.897-921, 2016.

SALGADO, M. A. Passos e impasses na inclusão escolar de crianças autistas e psicóticas: da incerteza de saber, a figura do professor e o olhar para o sujeito. **Revista Temas em Educação**. João Pessoa, v.20/21, n.1/2, p. 67-87, 2011/2012.

SANINI, C.; BOSA, A. C. Autismo e inclusão na educação infantil: Crenças e autoeficácia da educadora. **Estudos de Psicologia**, Rio Grande do Sul, vol.20, n.3, p.173-183, 2015.

SANINI, C.; SIFUENTES, M.; BOSA, C. A. Competência social e autismo: o papel do contexto da brincadeira com pares. **Psicologia:** Teoria e Pesquisa. Brasília, vol.29, n.1, p.99-105, 2013.

SANT'ANA, M. I. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em estudo**, Maringá, vol.10, n.2, p.227-234, 2005.

SANTAROSA, C. M. L.; CONFORTO, D. Tecnologias Móveis na Inclusão Escolar e Digital de estudantes com Transtornos de Espectro Autista. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol. 21, n. 4, p.349-366, 2015.

SANTIAGO, C. M.; SANTOS, P. M.; MELO, C. S. Inclusão em educação: processos de avaliação em questão. **Ensaio:** avaliações de políticas públicas educacionais, Rio de Janeiro, vol.25, n.96, p.632-651, 2017.

SANTIAGO, C. M.; SANTOS, P. M. Planejamento de Estratégias para o Processo de Inclusão: desafios em questão. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol.40, n.2, p.485-502, 2015.

SANTOS, E. L. N.; SOUZA, C. B. A. Ensino de Nomeação com Objetos e Figuras para Crianças com Autismo. **Psicologia:** Teoria e Pesquisa, Brasília, vol. 32, n. 3, 2016.

SANTOS, M. P.; NASCIMENTO, A. G.; MOTTA, E. R.; CARNEIRO, L. A. B. O index para a inclusão como instrumento de pesquisa: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Educação Especial,** Marília, vol. 20, n. 4, p. 485-496, 2014.

SANTOS, S. C. G.; MARTÍNEZ, M. A. A Subjetividade Social da Escola e os Desafios da Inclusão de Alunos com Desenvolvimento Atípico. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, vol.22, n.2, p.253-268, 2016.

SANTOS, T. C. C.; MARTINS, L. A. R. Práticas de Professores Frente ao Aluno com Deficiência Intelectual em Classe Regular. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol. 21, n. 3, p.395-408, 2015.

SASSAKI, K. R. Como chamar as pessoas com deficiência?. **Vida Independente:** história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos. São Paulo, 2003.

SCHMIDT, C.; NUNES, P. R. D.; PEREIRA, M. D.; OLIVEIRA, F. V.; NUERNBERG, H. A.; KUBASKI, C. Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas. **Revista Psicologia:** Teoria e Prática, São Paulo, vol.18, n.1, p.222-235, 2016.

SCHULER, B.; MATOS, L. R. S. Pedagogia da Inclusão e a Justiça Restaurativa: escapes com Kafka. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 39, n. 4, p. 1229-1248, 2014.

SEABRA-SANTOS, M. J.; ALMEIDA, M. S. Falamos da mesma criança? Concordância mãe - pai - professores na avaliação do temperamento de crianças portuguesas. **Psicologia:** Reflexão e Crítica. Porto Alegre, vol. 27, n. 1, p. 10-20, 2014.

SEFFNER, F. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol. 39, n. 1, p.145-159, 2013.

SEREGEN, L.; FRANÇOZO, M. F. C. As vivências de mães de jovens autistas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, vol. 19, n.1, p. 39-46, 2014.

SILVA, C. M.; SILVA, D. N. H. Libras na educação de surdos: o que dizem os profissionais da escola?. **Psicologia Escolar e Educacional,** São Paulo, vol. 20, n. 1, p.33- 43, 2016.

SILVA, C. N.; CARVALHO, E. G. B. Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol.23, n.2, p.293-308, 2017.

SILVA, M. A.; MENDES, G. E. Família de Crianças com Deficiência e Profissionais: Componentes da Parceria Colaborativa na Escola. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol.14, n.2, p.217-234, 2008.

SILVA, M. C. V; MELETTI, S. M. F. Estudantes com necessidades educacionais especiais nas avaliações em larga escala: prova Brasil e ENEM. **Revista Brasileira de Educação Especial,** Marília, vol. 20, n. 1, p.53-68, 2014.

SILVA, R. H. R. Características e Tendências das Teses em Educação Especial Desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação do Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol. 22, n. 1, p.125-144, 2016.

SOARES, A. M.; CAVALCANTE NETO, J. L. Avaliação do Comportamento Motor em Crianças com Transtorno do Espectro do Autismo: uma Revisão Sistemática. **Revista Brasileira de Educação Especial,** Marília, vol. 21, n. 3, p. 445-458, 2015.

SOBRINHO, R. C.; ALVES, E. P. A relação família e escola em um contexto de escolarização do aluno com deficiência: reflexões desde uma abordagem sociológica figuracional. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 49, p.323-338, 2013.

SPROVIERI, M. H. S.; ASSUMPÇÃO Jr., F. B. Dinâmica Familiar de Crianças Autistas. **Arquivos de Neuro-psiquiatria**, São Paulo, 2001.

SOUZA, A. C. R. F.; MAZZEGA, L. C.; ARMONIA, A. C.; PINTO, F. C. A.; BEVILACQUA, M.; NASCIMBENI, R. .C. D.; TAMANAHA, A. C.; PERICINOTO, J. Comparative study of the imitation ability in Specific Language Impairment and Autism Spectrum Impairment. **CoDAS**. São Paulo, vol. 27, n. 2, p.142-147, 2015.

SOUZA, F. C. M.; NONATO, N. M. E.; BICALHO, P. G. M. Lógicas de exclusão/inclusão dos processos educativos no contexto prisional feminino. **Educação e Sociedade**, Governador Valadares, vol.38, n.138, p.45-61, 2016.

SOUZA, R. T. C.; MENDES, G. E. Revisão Sistemática das Pesquisas Colaborativas em Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol. 23, n. 2, p.279-292, 2017.

SUN, I. Y. I.; FERNANDES, F. D. M. Communication difficulties perceived by parents of children with developmental disorders. **CoDAS**, São Paulo, vol. 26, n. 4, p.270-275, 2014.

TAFURI, M. I.; SAFRA, G. O que pode o corpo de uma criança autista?. **Psicologia**: Teoria e Pesquisa, Brasília, vol. 32, 2016.

TAMANAHA, A. C.; MACHADO, G. M. G.; LOEBMANN, C.; PERISSINOTO, J. Process of speech acquisition and development of autistic children with or without autistic regression. **CoDAS**, São Paulo, vol. 26, n. 4, p.265-269 2014.

TOGASHI, M.C.; WALTER, F.C. As Contribuições do uso da Comunicação Alternativa no Processo de Inclusão Escolar de um Aluno com Transtorno do Espectro do Autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol. 22, n. 3, p.351-366, 2016.

VALLE, J. E.; STELKO-PEREIRA, A. C.; SÁ, L. G. C.; WILLIAMS, L. C. A. Bullying, vitimização por funcionários e depressão: Relações com o engajamento emocional escolar. **Psicologia Escolar e Educacional,** Maringá, vol. 19, n. 3, p. 463-473, 2015.

VARANDA, C. A.; FERNANDES, F. D. M. Consciência sintática: correlações no espectro do autismo. **Psicologia:** Reflexão e Crítica, Porto Alegre, vol. 27, n. 4, p. 748-758, 2014.

VIEIRA, C. B. M.; FERNANDES, F. D. M. Qualidade de vida em irmãos de crianças incluídas no espectro do autismo. **CoDAS**, São Paulo, vol. 25, n. 2, p.120-127, 2013.

VIEIRA-RODRIGUEZ, M. M. M.; SANCHES-FERREIRA, P. M. M. A Inclusão de Crianças com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Regular em Portugal: a Opinião De Educadores de Infância e de Professores do 1º Ciclo do Ensino Público e Privado. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol. 23, n.1, p. 37-52, 2017.

VILARONGA, R. A. C.; MENDES, G. E. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. **Revista Brasileira de Educação Pedagógica**, Brasília, vol.95, n.239, p.139-151, 2014.

VILLAS BOAS, B. M. F.; DIAS, E. T. G. Provinha Brasil e avaliação formativa: um diálogo possível?. **Educar em Revista**, Curitiba, 2015.

VITTA, F. C. B.; VITTA, A.; MONTEIRO, R. S. A. Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol.16, n. 3, p.415-428, 2010.

ZAQUEU, L. C. C.; TEIXEIRA, M. C. T. V.; ALCKMIN-CARVALHO, F.; PAULA, C. S.; Associações entre Sinais Precoces de Autismo, Atenção Compartilhada e Atrasos no Desenvolvimento Infantil. **Psicologia:** Teoria e Clínica. Brasília, vol. 31, n. 3, p. 293-30, 2015.